

Brilhante conclusão foi esclarecedora

Roubo da merenda

não afeta seu valor

nutritivo, diz Alckmin

Valter Campanato - ABR



2ª Turma do STF retira da cadeia o pivô do desvio de 600 milhões do Rodoanel paulista

A 2ª Turma do STF mandou soltar Pedro da Silva ex-diretor da Dersa. Ele foi preso em junho alvo da Operação "Pedra no Caminho", braço da Lava-Jato em São Paulo que investiga o desvio de R\$ 600 milhões na construção do trecho norte no Rodoanel, durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB). De acordo com a PF, o executivo usava as contas-correntes de empregados para disfarçar o recebimento de vantagens indevidas. O relator do habeas corpus foi o ministro Gilmar Mendes. A maioria que tem favorecido os propineiros acaba em setembro, com a saída de Dias Toffoli da 2ª Turma. **Pág. 4**



Alguém precisa explicar que não é 'alimento', é 'elemento enriquecido'

Geraldo Alckmin, em seu site, afirmou que "não teve participação nas fraudes em compras de merenda". Disse ele que foi uma vítima, porém, "os crimes cometidos não alteraram a qualidade e a distribuição da refeição recebida pelas crianças". O esquema de propinas e superfaturamento na merenda, estourado pela Operação Alba Branca, envolveu deputados, secretários de Estado e escroques de vários níveis. Somente no suco de laranja, o superfaturamento foi de +144%. Alckmin primeiro negou as irregularidades; depois, acolheu os investigados. **Página 3**

Candidatura ilegal de condenado e preso seria decisão inédita do TSE

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, marcou uma sessão extraordinária para esta sexta-feira, que pode julgar a participação de Lula no horário eleitoral no rádio e TV. A defesa de Lula alega que seria inusitado restringir a participação dele no horário eleitoral. "Seria a primeira vez na história do TSE". Porém, inusitado seria o tribunal conceder o registro a um candidato condenado pela Justiça e inelegível pela Lei da Ficha Limpa. **Página 3**

Temer quer resolver problema de venezuelanos distribuindo senha

Em entrevista à Radio Jornal de Pernambuco, Temer disse que pretende estabelecer um sistema de senhas para enfrentar o drama dos refugiados venezuelanos no Brasil. "Hoje, entram cerca de 700 pessoas por dia. Pensamos em colocar senha para entrar 100, 200", disse. **P. 4**

Governo vai entregar por leilão mais três campos de petróleo do pré-sal para multinacionais

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) informou que as multinacionais Shell, Total e Repsol foram habilitadas junto com a Petrobrás a participar do 2º leilão de petróleo da União, quando serão ofertados até 14,4 milhões de barris do petróleo dos campos de Lula e Sapinhoá e área de Mero (contrato de partilha de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos. **Pág. 2**



"Alckmin é a continuidade de Temer", afirma Ciro em Minas

"O povo brasileiro é muito inteligente e vai perceber que tem algo errado. Agora, o candidato que representa a turma do Temer (Alckmin), da ladroeira, do Valdemar da Costa Neto, do Roberto Jefferson (...) tem a metade do tempo de televisão", disse Ciro. **P. 3**

Petrobrás já deu em 3 meses para alugar gasoduto 1/6 do valor que ganhou por venda

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás publicou artigo, na terça-feira, relatando os prejuízos da Petrobrás após a privatização dos gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio liderado pela Brookfield.

De acordo com a entidade, com a venda, "foram pagos no ato da transação US\$ 4,23 bilhões à Petrobrás". A entidade relata que houve "aumento dos gastos logísticos, em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS (R\$ 1,010 bilhão)". "Ou seja, um valor de aproximadamente 1/6 (um sexto) do efetivamente recebido pela venda da NTS foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos em apenas um trimestre". **P. 4**



"Ajustes" dos últimos 30 anos só afundaram o país", diz João Goulart

"Temos que investir em nosso mercado interno, porque sem mercado interno não há como o país se desenvolver e sair da crise", afirmou João Goulart Filho, candidato a presidente pelo PPL. **P. 3**

HP NA INTERNET. No portal HORA DO POVO você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira: www.horadopovo.org.br

Candidato do Itaú quer privatizar Banco do Brasil e CEF

Gasolina sobe e reajuste atinge 28% em 4 meses

Submetida à política de atrelamento ao dólar que o governo e a direção da Petrobrás impõem ao país, a gasolina atingiu, na quinta-feira (30), o preço de R\$ 2,1079 por litro nas refinarias, refletindo a mais recente especulação da moeda americana.

Desde 7 de abril, último registro disponível no site da petroleira, cujo valor do litro da gasolina era de R\$ 1,6452, até esta quinta-feira, o aumento total do combustível é de 28,12%, enquanto o IPCA do período não vai, aproximadamente, além dos 2,5%.

O preço máximo atingido desde que a atual política de preços entrou em vigor, em junho do ano passado, foi registrado em maio deste ano, ou R\$ 2,0867, durante os protestos dos caminhoneiros.

Esse aumento descontrolado ocorre justamente por conta dessa política implantada na Petrobrás por Parente, Meirelles, Temer e cia. que impuseram que o preço dos combustíveis fosse calculado exatamente com base nos preços dos concorrentes e nas variações cambiais.

Tomaram a trombada dos caminhoneiros, com amplo apoio da sociedade, e não se deram por satisfeitos. Fizaram um remendo nos preços do óleo diesel, sangrando com subsídios os já escassos recursos da saúde e da educação, para manter essa política de preços intocada, atendendo aos interesses do cartel das petroleiras.

O objetivo é beneficiar as importadoras e, se possível, impedir que a Petrobrás lhes faça concorrência, oferecendo a gasolina, por exemplo, a preços inferiores do que eles conseguem colocar no mercado interno.

Querem tomar o lugar da Petrobrás e além de lucrarem com a proteção que a atual política de preços lhes dá, tentam desmoralizar nossa empresa, enquanto o governo faz a sua parte com desinvestimentos e vendas de ativos, querendo preparar terreno para justificar sua privatização.

J. AMARO

Governo marca novo leilão para ampliar estrangeiras no pré-sal



14,4 milhões de barris de petróleo serão ofertados às empresas



'Parte da venda foi gasta com o aluguel dos próprios gasodutos'

AEPET: privatização de gasodutos no sudeste causou prejuízos à Petrobrás

A Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet) publicou artigo nesta terça-feira, 28, relatando os prejuízos da Petrobrás após a privatização dos gasodutos da Nova Transportadora do Sudeste (NTS) para um consórcio, o Fundo de Investimento em Participações (FIP), liderado pela Brookfield.

De acordo com a entidade, com a venda, "foram pagos no ato da transação US\$ 4,23 bilhões à Petrobrás. Outros US\$ 850 milhões serão pagos no quinto ano de operação atualizados à taxa anual de 3,35%".

"Por outro lado", segundo o relatório da empresa de agosto de 2017, no primeiro semestre daquele ano, "houve um aumento de 63% das despesas de vendas em relação ao trimestre anterior, chegando a um valor de R\$ 3,889 bilhões, contra os R\$ 2,390 bilhões no primeiro trimestre de 2017".

"O relatório verifica que

esse aumento é decorrente de: 'Aumento dos gastos logísticos, em função do pagamento de tarifas a terceiros pela utilização dos gasodutos, a partir da venda da NTS (R\$ 1,010 bilhão)'. "Ou seja, um valor de aproximadamente 1/6 (um sexto) do efetivamente recebido pela venda da NTS, foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos em apenas um trimestre. Isso significa que, mesmo não levando em consideração nenhuma taxa de desconto ou correção monetária, todo o valor recebido pela venda da NTS terá sido pago em aluguéis em apenas 18 meses".

A entidade ressalta ainda que "em novembro de 2016 a AEPET antecipou os prejuízos decorrentes desta operação. Não obstante isso, o TCU autorizou a continuidade da venda NTS e, pelo que sabemos, nenhuma análise foi requerida à Petrobras sobre

a conveniência da alienação deste patrimônio público".

Ao todo são 12 dutos com mais de 2 mil quilômetros de extensão, que passam pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. E seu único cliente é a Petrobrás.

De acordo com a AEPET, já no primeiro ano após o fechamento da operação, em 2017, outra medida, no mínimo suspeita, foi praticada pelo fundo privado: "a transferência de 7,65% das ações da NTS para o Itaúsa [holding brasileira que controla o Itaú] por US\$ 292,3 milhões".

"Qual seria o interesse comercial do FIP 'doar' US\$ 140 milhões ao Banco Itaú, além de renunciar a 8,5% do lucro que receberia nos anos vindouros?"

"Em troca de quais 'serviços' o Banco Itaú ganhou este presente?", questionou a AEPET.

Leia artigo completo no site da aepet.org.br

Dentre as 'habilitadas' para o leilão, estão as múltis do petróleo Shell, Total e Repsol

A Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) informou que a Petrobrás e as multinacionais Shell, Total e Repsol foram habilitadas a participar do 2º leilão de petróleo da União, quando serão ofertados até 14,4 milhões de barris do petróleo na produção dos campos de Lula e Sapinhoá e área de desenvolvimento de Mero (contrato de partilha de Libra), no pré-sal da Bacia de Santos.

O 2º leilão será realizado na bolsa de valores B3, em São Paulo, nesta sexta-feira (31/08). O 1º leilão foi um verdadeiro fiasco. Apenas a Shell se habilitou e não apresentou nenhuma proposta.

De acordo com a PPSA, estatal de fãncaria criada entregar o pré-sal da União para as multinacionais, os lotes serão ofertados individualmente e poderão ser adquiridos para contratos de 36 meses ou 12 meses.

A Área de Desenvolvimento de Mero (ex-Libra) foi onde ocorreu o primeiro leilão no pré-sal, em outubro de 2013. Dilma mobilizou o Exército, a Força Nacional e a Marinha. O seu aliado Sérgio Cabral, então governador, mobilizou a PM. Todo esse aparato para garantir o crime de lesa-pátria. Com o leilão, foi viabilizada a entrada da anglo-holandesa Shell e a francesa Total no campo com o mesmo peso da Petrobrás (40%). Ainda estão no consórcio as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%).

Segundo a PPSA, "para o período de 36 meses, a produção estimada da União que será leiloada é de 10,6 milhões de barris de petróleo. Para o período de 12 meses, a produção estimada é de 1,8 milhão de barris de petróleo".

No campo de Sapinhoá, a produção estimada pela União para um período de 36 meses é de 600 mil barris de petróleo e para 12 meses, de 115 mil barris. A área é operada pela Petrobrás, com 45% de participação. Fazem parte

do consórcio a Shell (30%) e a Repsol Sinopec (25%).

Na área de Lula, o maior campo produtor de petróleo do país, a produção estimada pela União para um período de 36 meses é de 3,2 milhões de barris de petróleo e para 12 meses, de 1,1 milhão de barris. O campo é operado pela Petrobrás, com 65% de participação, e tem ainda a Shell (25%) e Petrogal (10%).

Ou seja, as quatro empresas habilitadas já estão nas áreas do pré-sal de onde será ofertado o petróleo da União no regime de partilha. Portanto, o leilão da PPSA vai servir apenas para que as multinacionais ampliem sua participação nessa camada.

Em governo de final de feira, a PPSA quer arrecadar cerca de R\$ 1 bilhão, que serão desviados para os bancos através do superávit primário, que é para onde irá parar essa quantia.

Por outro lado, ao reforçar a participação das múltis no pré-sal, o governo vai estimular a exportação de óleo cru, que é essa a política dessas empresas. E tome importação de combustíveis, vinculada ao dólar, mesmo com a enorme crise de preços dos combustíveis no país.

A explicação do governo Temer para o fracasso do 1º leilão é a de que são poucas as empresas que possuem navio com posicionamento dinâmico para operar nas bacias de Campos e Santos. Posicionamento dinâmico é um sistema que controla automaticamente a posição do navio. Se a questão é essa, basta contratar diretamente a Petrobrás que não tem esse problema, uma vez que a estatal brasileira é pioneira na utilização desse tipo de sistema na exploração e produção de petróleo em águas profundas.

Mas Temer e demais lambe-botas preferem as tenebrosas transações e entregar o pré-sal para o cartel internacional do petróleo.

VALDO ALBUQUERQUE

Dirigente sindical alerta contra o sucateamento da Casa da Moeda

Em entrevista ao jornal Hora do Povo, o Diretor licenciado de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (SINAL), Daro Piffer, declarou que há um sucateamento por parte do governo da Casa da Moeda, destacando que "o governo já tem a ideia de privatizá-la já faz um tempo".

"Esse plano vem desde que saiu a autorização para o Banco Central (BC) comprar moeda no exterior. Nós estamos com um governo comprometido com interesses não nacionais, ou seja, com estrangeiros que querem retirar recursos do país", denunciou Piffer.

Daro explica que, "por volta de 2010, a Casa da Moeda reformou todo o seu parque industrial, em cima de uma carta do Banco Central, que era uma intenção de compra de moeda e cédulas para próximos anos. E a Casa da Moeda investiu pesado para reformular o parque industrial com tecnologias novas, máquinas etc. O que correu depois é que, com o governo da Dilma, houve corte no orçamento. Ela cortou inclusive o orçamento monetário, que serve para fazer política monetária e que fica separado para a Casa da Moeda não sofrer problemas de contingência. Mas Dilma cortou esse orçamento e passamos a não ter dinheiro nem para fazer dinheiro. Com as

receitas diminuídas, a Casa passou a tentar fazer selo de garrafa, entre outras coisas, para tentar sobreviver", disse Daro.

O diretor do SINAL explicou também que, por falta de demanda, o maquinário ficou parado, sem a devida manutenção e reposição de peças. E de lá para cá, a Casa da Moeda não conseguiu atender encomendas do BC o que deu brechas para que em 2017, o governo, através de uma Medida Provisória (MP) 745/2016, autorizasse o BC a encomendar no estrangeiro a confecção de cédulas e moedas. Com isso, colocou a empresa no rol de estatais a serem privatizadas.

"A gente entende que isto é muito prejudicial para o país. Nós já temos uma tecnologia para fabricação de dinheiro e você ter controle da fabricação da sua própria moeda é uma questão de soberania nacional. Todos os países que têm uma moeda nacional forte fabricam a sua própria moeda", destacou.

Nesta semana o presidente da instituição, Alexandre Cabral, afirmou que há uma demanda de R\$ 400 milhões retidos pelo Tesouro Nacional por conta da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que confisca 30% sobre as receitas. Por conta desta retenção a estatal fechou 2017 com um déficit de R\$ 117 milhões.

ANTONIO ROSA

Governo paralisa Replan e eleva importação de diesel

Sob pretexto da paralisação de oito dias da Refinaria de Paulínia (Replan), a diretoria entreguista da Petrobrás começou a importar óleo diesel e querosene de aviação.

De acordo com o gerente-executivo de Logística da estatal, Caludio Mastella, a importação deverá totalizar cinco cargas de óleo diesel (1,5 milhão de barris) e uma de querosene de aviação.

Contraditoriamente, divulgou nota afirmando que "conta com estoques da própria refinaria [Replan], e com a produção das demais, para garantir a oferta de combustíveis aos seus clientes", o que coloca em dúvida a necessidade do fechamento da refinaria após o acidente ocorrido no dia 20/08, quando a manutenção de segurança foi feita por terceirizados.

Mastella disse que o aumento da importação de diesel não vai resultar em aumento no preço do combustível. Ele alegou que o diesel está congelado até 31 de dezembro, em função do acordo para encerramento da greve

dos caminhoneiros, em maio. Atualmente, o litro custa R\$ 0,2316 nas refinarias.

Não é o que pensa Leonardo Gadotti, presidente da Plural, associação que reúne as distribuidoras, para quem somente uma redução no câmbio evitaria a oferta de combustíveis próximos meses. "Se continuar a tendência da valorização do dólar, os preços vão aumentar e serão repassados aos consumidores", disse Gadotti.

Com efeito, nesta quarta-feira (29/08) a cotação da moeda norte-americana fechou a R\$ 4,1136. No acumulado da semana, o dólar tem valorização de 0,31%. No mês de agosto, de 9,71% e no ano, de 24,27%.

Pelo acordo com os caminhoneiros, foi estabelecido um subsídio para um desconto de até R\$ 0,30 no preço do litro do diesel. A previsão era de que o valor do combustível nas bombas seria reduzido em R\$ 0,46. Pesquisa semanal da ANP registra um desconto do preço médio de R\$ 0,22.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Faturamento na produção de máquinas e equipamentos tem queda de -4,1%

O investimento público no menor nível dos últimos 50 anos tem uma grave consequência para o crescimento do país e para o setor de bens de capital.

Segundo a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o setor - que está na ponta da cadeia produtiva - viu o faturamento mensal de julho cair -4,1% sobre o mês anterior. O resultado de R\$ 6,79 bilhões "está muito distante dos valores alcançados durante o período pré-crise, quando a receita girava em torno de R\$ 11 bilhões", pontua a entidade.

Apesar de as exportações terem caído no mês de junho, as vendas externas é que estão segurando boa parcela da produção de máquinas e equipa-



Petrobrás manifestou interesse em dois post

mentos, já que o mercado interno ainda se debate no poço da recessão. Para o que resta de demanda, o setor tem que disputar com as importações - que registraram crescimento de 11,7% em relação a junho e de 21% sobre julho de 2017.

Isso é representado pelo baixo Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da indústria de máquinas e equipamentos em julho. O nível de ociosidade foi medido pelo indicador da associação em 22,7%.

Crédito concedido a empresas recua em julho

Taxas de juros alucinantes e a recessão econômica fizeram o volume de crédito concedido por bancos às empresas brasileiras recuar -1% em julho na comparação com o mês anterior. Em 12 meses, o volume de crédito ofertado caiu -2,1%. Segundo dados do Banco Central (BC),

Além da fraca demanda, que faz as empresas desistirem de investir, muitas delas

estão com dificuldades para pagar parcelas de dívidas com os bancos.

O número de empresas com contas em atraso ou registradas nos cadastros de inadimplentes aumentou 9,41% em julho na comparação com o mesmo mês do ano passado. A maior parte dessas dívidas, cerca de 52%, é com bancos e financeiras. A Federação das Indús-

trias do Estado de São Paulo (Fiesp) divulgou um estudo que revela que cerca de 44% das empresas paulistanas que recorreram ao financiamento bancário estão com dificuldades de gerar caixa suficiente para pagar as parcelas das dívidas. Dessas, 8% estão com um nível de parcelas em atraso tão volumoso, que já estão brigando na Justiça.



Reprodução/TV Brasil

Candidato a presidente pelo PPL João Goulart Filho: '30 anos de ajustes fiscais só afundaram o Brasil'

O candidato a presidente João Goulart Filho, pelo Partido Pátria Livre (PPL), afirmou que “nos últimos 30 anos só assistimos ajustes fiscais em cima de ajustes fiscais e o país cresceu em média 2% ao ano”. “Se nós computarmos o crescimento de nossa população neste período, de cerca de 2% também, nós estamos com a economia estagnada. Só os trabalhadores foram penalizados nestes trinta anos”, prosseguiu o presidencialista. “Temos que acabar com aquela conversa do ex-ministro Delfim Neto que dizia que o bolo tinha que crescer primeiro para depois distribuir a renda. A verdade é que o país só cresce com distribuição da renda”, observou João Goulart. Para o filho de Jango, “o país não pode concentrar a renda nas mãos dos grandes grupos financeiros”.

Goulart foi recebido na segunda-feira (27) pela direção da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) em Brasília. O presidencialista do PPL foi recepcionado por Luís Antônio de Araújo Boudens, presidente da entidade. Os dois fizeram um debate transmitido ao vivo pela TV da entidade. Eles discutiram segurança pública e fizeram um resgate histórico do papel desempenhado pelo nacional desenvolvimentismo no progresso do Brasil. Os dois se debruçaram também sobre os graves problemas que afligem atualmente a população brasileira.

João Goulart destacou que a mudança necessária do modelo econômico tem como questão central o enfrentamento da desigualdade social. “Nós temos que superar essa situação para que o país possa crescer e sair da crise. Temos que investir em nosso mercado interno, porque sem mercado interno não há como o país se desenvolver”, disse ele. “Enquanto 2% da população concentra grande parte da riqueza deste país, há comunidades brasileiras com indicadores sociais comparáveis à de Serra Leoa, na África. Isso não pode continuar”, disse candidato. “Os salários são muito baixos no país”, denunciou.

Boudens concordou com a análise e frisou que “isso continua até hoje”. Ele contou que participou recentemente de um debate com o ex-ministro Delfim Neto e confirmou o que Goulart disse sobre a tese do ex-ministro. Segundo Boudens, Delfim continua defendendo a mesma coisa. Que haja concentração da renda e que só depois que os poderosos enriquecem é que se pode pensar em distribuir a renda. Boudens chamou a atenção para a necessidade de mais investimentos em segurança e cobrou mais respeito com os policiais federais. Ele lembrou que em outros países os policiais são melhor tratados do que no Brasil.

Continúe lendo em www.horadopovo.org.br

Desemprego é causado por excesso de direitos trabalhistas, diz Bolsonaro

Depois da entrevista de terça-feira à noite, no Jornal Nacional, da TV Globo, está revelada a serventia da candidatura de Bolsonaro: ela serve para que uma fila de inúteis, que nunca fizeram nada pelo país – ou desistiram de fazê-lo ou até de tentar fazer – se sintam muito “de esquerda”, ao ouvir os belos conceitos desse troglodita político-ideológico. É aquela turma que massageia seu ego nas chamadas “redes sociais”, descendo o cacete em Bolsonaro, como se isso fosse algo difícil.

Pelo contrário, é fácil. Um sujeito que acha que o desemprego no Brasil é causado pelo excesso de direitos trabalhistas – e não pela política que ele e seu pajé econômico, Paulo Guedes, se propõem a continuar e até piorar; que é contra os direitos para as empregadas domésticas; que acha desnecessário fazer alguma coisa para que as mulheres tenham um salário igual ao dos homens pelo mesmo tra-

balho ou função – é um alvo mais do que fácil. Já abordamos aqui a saída de Bolsonaro do Exército (v. Terrorismo de baixa potência).

Portanto, não é uma surpresa que ele defende a redução do Estado Nacional – isto é, da Nação – em prol, diz ele, do “seu celular, seu relógio, sua poupança, sua casa, seu moto, seu carro, sua terra” (v. o programa registrado por Bolsonaro no TSE).

Nada há de mais antagônico ao espírito de Caxias.

O chefe de seu programa econômico, Paulo Guedes, afirmou que o “ajuste” que pretende fazer, consiste em “privatizar tudo”, inclusive a Petrobrás. Na entrevista de terça-feira, disse Bolsonaro que “é quase que um casamento. Eu estou namorando o Paulo Guedes há algum tempo e ele a mim também”.

Veja mais da entrevista de Bolsonaro ao JN em www.horadopovo.org.br

João Amoêdo, do Itaú, quer privatizar os bancos estatais

O candidato do Partido Novo defendeu velhas ideias em sabatina nesta manhã de terça-feira (28), promovida pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em parceria com a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP).

João Amoêdo, banqueiro, membro do conselho de administração do Itaú, afirmou que, se eleito, vai privatizar a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e os Correios. Ou seja, eliminar a concorrência aos bancos privados. “Nós entendemos que não cabe ao estado fazer gestão de instituições financeiras, de entregas de correspondências, de posto de gasolina”, disse.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Geraldo Alckmin diz que não roubou merenda em S. Paulo



Roberto Stuckert Filho/PR

Candidato do PSDB não esclarece os escândalos em seu governo TSE vai julgar se condenado em segunda instância e preso pode fazer campanha

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, marcou uma sessão extraordinária para a sexta-feira (31), que pode julgar a participação de Lula no horário eleitoral gratuito no rádio e na TV. O primeiro programa dos presidenciais vai ao ar no sábado (1º).

Mesmo preso desde abril, sentenciado a 12 anos e um mês de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá (SP), o petista pediu registro de sua candidatura à presidência – mas pela Lei da Ficha Limpa encontra-se impedido de concorrer, por ter sido condenado pela Justiça em segunda instância.

Apesar da condição jurídica de Lula, a defesa do petista segue na sua

estratégia de pressionar a Justiça e tem dito que Lula participará dos programas. O advogado Luiz Fernando Pereira declarou que a possibilidade de que o ministro Luís Roberto Barroso, relator do pedido de registro de candidatura, vete a participação do ex-presidente na propaganda eleitoral gratuita é inusitada.

“Seria a primeira vez na história do TSE. O tribunal nunca cogitou uma liminar que restringisse direito de candidato antes do julgamento”, alegou.

Porém, inusitado seria o tribunal conceder a um candidato condenado pela Justiça e impedido de participar do pleito pela Lei da Ficha Limpa a possibilidade de utilizar o horário eleitoral para fazer campanha. Ministros do corte têm dito,

inclusive, que o princípio da atuação da Justiça Eleitoral não é discutir se a condenação de Lula foi justa ou não, mas sim, garantir que as regras da eleição sejam seguidas.

Na terça-feira (28), o TSE rejeitou três pedidos de Lula, dois sobre direito de resposta e um sobre a cobertura diária de campanha na TV – os jornais não estão fazendo a cobertura da agenda de campanha do petista por um motivo óbvio, pois ele está preso.

A participação do petista na propaganda gratuita é questionada pelo Partido Novo, do presidencialista João Amoêdo, que na quarta-feira (29) reiterou pedido para que o ministro Luís Roberto Barroso vete sua participação no horário eleitoral.

WALTER FÉLIX

Marina defende construir 1,5 milhão de residências com placas solares

A ex-senadora Marina Silva, candidata da Rede à presidência da República, afirmou que uma das prioridades do seu governo, caso eleita, será a construção de 1,5 milhão de casas com placas solares.

“Vamos ampliar a energia solar com 1,5 milhão de tetos solares, com placas solares. Nós temos investimentos que são feitos, por exemplo, em termoeletrica, a carvão, a diesel e a gás. Uma boa parte desses

recursos pode ser deslocada para investimento numa matriz energética limpa, segura. É uma questão de prioridade de escolha”, disse.

A candidata participou, na terça-feira (28), de sabatina promovida pelo jornal “O Estado de São Paulo”, em parceria com a Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Em debate sobre propostas de governo, ela explicou que os recursos para o investimento em uma matriz energética

alternativa poderiam ser realocados da verba gasta em termoeletricas.

Ao falar sobre estabilidade política em uma eventual gestão da Rede, Marina Silva avaliou que não terá dificuldades para governar, apesar de ter uma coligação pequena, que tem como aliado apenas o PV. Ela aposta que conseguirá apoio suficiente do Congresso Nacional para aprovar matérias de interesse do governo.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Ciro Gomes no Jornal Nacional

A entrevista de Giro Gomes, que inaugurou a série com candidatos a presidente da República no Jornal Nacional, da TV Globo, teve vários aspectos interessantes – inclusive o fato de que os entrevistadores não conseguiram provocar alguma explosão de temperamento do candidato.

Notadamente, a restrição que Giro fez à Operação Lava Jato, apesar de impropriedade, passou batida. Disse Giro:

“... a Lava Jato só prestará bom serviço ao Brasil se ela for vista pela maioria ou pelo conjunto da sociedade como uma coisa equilibrada. E o lado do PSDB não tem nem um na cadeia. Claro que ela é muito importante, tá gente do PT na cadeia, mas não há um único quadro, apesar de mil demonstrações de corrupção do PSDB, nenhum deles foi preso, por exemplo.”

Provavelmente devido ao barulho feito pelos lulistas, Giro não observou que essa não é uma restrição à Lava Jato, mas ao Congresso. Foi o Senado que impediu o afastamento de Aécio Neves, presidente nacional do PSDB, flagrado quando pedia propina (R\$ 2 milhões!) a Joesley Batista, da JBS.

Não foi a Justiça, nem os procuradores, nem a Polícia Federal que protegeram Aécio, que, inclusive, recebeu a propina e depositou-a na conta de uma empresa de Gustavo Perrella, filho do senador Zezé Perrella e proprietário do famoso helicóptero apreendido com 450 kg de cocaína.

Com a recusa do Senado em afastar Aécio, o foro privilegiado fez o resto. Mesmo caso, aliás, de Serra, Alckmin e outros tucanos que já apareceram nas investigações.

Além disso, as investigações que – depois,

em 2014 – deram origem ao que se chama hoje de “Operação Lava Jato” (na verdade, um conjunto de 52 operações, até agora), começaram em 2009. São, sobretudo, investigações sobre o período em que o PT, PMDB, PP, etc. estiveram no governo, mas não o PSDB.

A propósito, o PT, quando Lula tomou posse, em 2003, poderia ter desencadeado uma devassa sobre a época em que os tucanos estiveram no poder. No entanto, não o fez.

Por quê? Porque o seu plano de governo – o verdadeiro, o principal – era fazer a mesma coisa que os tucanos, em escala até maior: roubar, roubar e roubar.

Que Giro – assim como nós – não tenha percebido tal coisa, não é um demérito. É apenas uma circunstância da luta política.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Alckmin representa a turma do Temer, disse

Em campanha em Belo Horizonte, candidato a presidente Giro Gomes (PDT) afirmou que Geraldo Alckmin (PSDB) representa a continuidade do governo Temer.

“O povo brasileiro é muito inteligente e vai perceber que tem algo errado. Agora, o candidato que representa a turma do Temer (Geraldo Alckmin), da ladroeira, do Valdemar da Costa Neto, do Roberto Jefferson (...)

tem a metade do tempo de televisão. Eu tenho certeza que o povo brasileiro vai perceber isso”, atacou o presidencialista.

Costa Neto é dirigente do PR e Jefferson presidente do PTB, dois dos partidos do Centrão que aderiram a Alckmin.

Ciro caminhou pelo Mercado Central de BH, tomou cerveja no “bar Fortaleza” e comeu um sanduíche, acompanhado por apoiadores, na quarta-feira (29).

Também hoje, em Brasília, ele discursou na sede

Disse que a ação da máfia da merenda não reduziu seu valor nutritivo. Escândalo aconteceu debaixo do seu governo e ele diz que não tem nada com isso

Em nota no seu site oficial, Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, presidente nacional do PSDB – e atual candidato a presidente da República – desmentiu sua participação no escândalo da máfia da merenda, ocorrido em sua administração (v. a nota: [Geraldo Alckmin NÃO teve participação nas fraudes em compras de merenda](#)).

Segundo a nota, “ao contrário do que alguns usuários afirmam em redes sociais, o ex-governador Geraldo Alckmin jamais teve qualquer relação com as fraudes na compra de refeição de escolas, esquema que ficou conhecido como ‘Máfia da Merenda’”.

Alckmin se considera vítima do escândalo: “A Coaf (Cooperativa Orgânica Agrícola Familiar) fingia comprar alimentos de pequenos agricultores, quando na verdade os produtos eram comprados de grandes fornecedores”.

Porém, diz Alckmin, “é importante também ressaltar que os crimes cometidos não alteraram a qualidade e a distribuição da refeição recebida pelas crianças da rede estadual”.

Logo, supõe-se que o roubo fez bem às crianças, que comeram merenda de alto valor nutritivo. Aliás, o roubo deve, até mesmo, ter enriquecido a alimentação dos alunos paulistas.

O mais incrível é que um governador diga que não roubou a merenda escolar – como se isso bastasse a um governador.

Pois, o que a nota de Alckmin omite é o esquema de propinas instituído em seu governo, que despontou – como a famosa ponta do iceberg – no escândalo da merenda.

O CASO

No dia 19 de janeiro de 2016, a Polícia Civil e o Ministério Público de São Paulo deflagram a Operação Alba Branca, para investigar fraudes em contratos da cooperativa Coaf com o governo Alckmin e 22 Prefeituras.

Na descrição de um dos funcionários da Coaf ouvidos pela polícia, a cooperativa pagava propina a políticos para obter contratos de fornecimento para a merenda escolar. O maior desses contratos era com a Secretaria da Educação de São Paulo.

O esquema corrupto usava a legislação federal, que determina incentivos para que Prefeituras e Governos comprem, no mínimo, 30% dos alimentos, para a merenda escolar, de pequenos produtores.

A escolha dos fornecedores era feita por “chamada pública”. A Coaf entrava nessas chamadas com outras cooperativas ligadas a ela, com que combinava os preços, sempre superfaturados.

A propina chegava a 25% do valor do contrato.

Legalmente, apenas cooperativas de agricultura familiar podiam ser contratadas sem licitação. Porém, 80% dos produtos fornecidos pela Coaf era de grandes indústrias.

No dia 21, interrogado pelos policiais e promotores da Alba Branca, o presidente da Coaf, Cássio Chebabi, revelou que o presidente da Assembleia Legislativa, e correligionário de Alckmin, Fernando Capez, recebia propina para permitir o superfaturamento das mercadorias vendidas ao Estado.

No mesmo dia, o vice-presidente da Coaf, Carlos Alberto Santana, e dois funcionários da cooperativa citaram a participação do deputado federal Baleia Rossi (PMDB-SP), filho de um notório membro da quadrilha de Michel Temer, Wagner Rossi.

Em seu depoimento, o vice-presidente da Coaf disse, também, que houve propina de

R\$ 1,94 milhão em um único contrato: “Ocorreu este tipo de esquema com o governo de estado em 2015, numa venda de R\$ 7,76 milhões sendo que acredita que também neste caso a propina girou em torno de 25%”.

O governo Alckmin desmentiu qualquer irregularidade. Mas, no dia 31 de março, o operador Marcel Julio se entregou à polícia e confirmou o esquema com o deputado tucano Fernando Capez.

Logo em seguida, foram descobertos outros ramais do esquema: a Coaf, por exemplo, fraudara centenas de títulos de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf), um papel emitido por órgãos credenciados no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esses papéis serviam para obter financiamentos.

Um dos funcionários presos na Operação Alba Branca, Adriano Gilbertoni Mauro, declarou que o deputado Capez fazia a intermediação da Coaf com a Secretaria de Educação – e recebia a propina através das contas de dois “assessores”. Nas contas dos dois foram encontrados recursos totalmente incompatíveis com seus rendimentos.

A propina, só no caso de Capez, atingiu R\$ 11.399.285,00 (onze milhões, 399 mil e 285 reais).

Tornado réu pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, Capez somente escapou até agora, devido a uma sentença de Gilmar Mendes – e seus cúmplices no STF, Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski – que “trancou a ação” contra ele, ou seja, impediu-a de seguir em frente. (v. [SP: Capez torna-se réu por roubo de merenda e Trio da Segunda Turma tranca ação contra tucano da máfia da merenda](#)).

Porém, além de Capez e de Baleia Rossi, estão envolvidos o deputado federal Nelson Marquzelli (PTB), o deputado estadual Luiz Carlos Gondim (SD), o então secretário estadual de Logística e de Transportes, Duarte Nogueira, e o ex-chefe de gabinete da Casa Civil de Alckmin, Luiz Roberto dos Santos, conhecido como “Moita”.

Em setembro de 2016, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publicou o relatório da auditoria que fez nos contratos da Coaf com o governo do Estado.

No suco de laranja, foi constatado um superfaturamento de +144% em relação aos preços praticados no mercado.

Os resultados dessa auditoria mostraram que o governo Alckmin pagou R\$ 11,4 milhões à Coaf apenas pelo suco de laranja, em 2015.

SANTO

Com a nota negando sua participação no caso da merenda, Alckmin divulgou um vídeo em que diz: “fomos nós que apuramos o caso da merenda”.

Temos aqui mais uma Dilma, que tinha apurado o roubo na Petrobrás...

A primeira atitude de Alckmin foi negar as irregularidades que ele, agora, admite. A segunda foi proteger os implicados. Inclusive através de uma ridícula CPI, na Assembleia Legislativa, em que os investigados foram declarados inocentes antes da investigação (v. [Tudo em casa: presidente da CPI da Merenda em SP declara deputado tucano inocente antes de apuração](#)).

Alckmin é presidente nacional do PSDB, em substituição a Aécio Neves.

Qual foi o político do PSDB punido, ou afastado do partido, até agora, pelo escândalo da merenda?

No entanto, segundo Alckmin, o valor nutritivo da merenda escolar não foi afetado pelo roubo...

CARLOS LOPES

Rodoanel: 2ª Turma do STF livra ex-diretor da Dersa da cadeia

Junto com o tucano Laurence Casagrande, Pedro da Silva, integrava núcleo administrativo da quadrilha que desviou R\$ 600 milhões no trecho norte do Rodoanel

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) mandou soltar Pedro da Silva ex-diretor da Dersa, a estatal paulista responsável pelas rodovias do estado. Pedro foi preso em junho do ano da Operação “Pedra no Caminho”, braço da Lava-Jato em São Paulo que investiga o desvio de R\$ 600 milhões na construção do trecho norte no Rodoanel, durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB).

Segundo os investigadores, Pedro da Silva recebeu uma série de depósitos de funcionários de empresas em seu nome. A Polícia Federal (PF) suspeita que o executivo usava as contas-correntes de empregados destas empresas para disfarçar o recebimento de vantagens indevidas. Um deles, Valdir dos Santos Paula, registrado como gerente administrativo e com salário de R\$ 2 mil, depositou R\$ 1,3 milhão para Pedro da Silva e suas empresas entre abril de 2013 e novembro de 2014.

Silva e Laurence Casagrande Lourenço ex-secretário de Logística e Transportes na gestão do candidato a presidente Geraldo Alckmin quando ele era governador de São Paulo, foram presos em 21 de junho. Em 30 de junho, a juíza federal de São Paulo prorrogou por prazo indefinido a prisão provisória por considerar que a liberdade de ambos constituía um “grave risco” ao processo e às testemunhas. Em julho os dois foram, juntamente com outras pessoas, denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF). Ambos foram apontados como integrantes do núcleo administrativo da organização criminosa que fraudou licitações do trecho norte do Rodoanel.

TURMA

O relator do habeas corpus foi o ministro Gilmar Mendes e segundo ele, quando Silva foi preso, já não estava mais na diretoria da Dersa. Para o ministro, não há elementos que permitam presumir que, solto, Silva possa causar risco ao processo e à aplicação da lei. Como era esperado, os ministros Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli, que compõe, junto com Mendes, o trio do mal na Segunda Turma, acompanharam o entendimento do relator.

Agora, Pedro Silva terá apenas que cumprir algumas medidas cautelares. Ele está proibido de manter contato com os demais investigados, de entrar na Dersa e de deixar o país, por isso deve entregar o passaporte.

Já Edson Fachin e Celso de Mello divergiram. Segundo eles, não cabia ao Supremo analisar a soltura neste momento, porque o pedido foi negado liminarmente no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e tramitação naquela corte ainda não se esgotou.

As denúncias de desvios nas obras do Rodoanel são antigas, as suspeitas existem há mais de 10 anos, mas Gilmar Mendes desconhece tal fato. Segundo ele “Os fatos investigados são graves se

tiverem plausibilidade. Embora eu já fique muito preocupado com a plausibilidade desta investigação. Diante do quadro de inventividade que se vê na fundamentação da juíza, certamente a juíza tem bons parceiros de imaginação no Ministério Público”.

A segunda turma do STF é responsável pela maioria dos processos oriundos da Lava-Jato. Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli geralmente votam em bloco, sempre contra a Lava-Jato, aliviando corruptos conhecidos e desconhecidos.

Dentre os aqueles que foram tirados da prisão sob atuação dos três ministros está José Dirceu (PT), que foi condenado a 30 anos e nove meses de prisão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O processo teve origem na investigação, pela Operação Lava Jato, de irregularidades na Diretoria de Serviços da Petrobrás. José Dirceu pelo voto dos três ministros, contra os votos de Fachin e Celso de Mello na segunda instância está solto.

Jorge Picciani (PMDB) é acusado de receber propina da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) entre 2010 e março de 2017. Num esquema envolvendo deputados estaduais, empresários e intermediários, Picciani comandava a caixinha de propina destinada à compra de decisões na Alerj para o setor de transportes. A investigação aponta que só ele recebeu R\$ 77,2 milhões.

O Paulo Vieira de Souza (vulgo Paulo Preto), operador do PSDB, que desviou pelo menos R\$ 7,7 milhões da DERSA, denunciado por formação de quadrilha, inserção de dados falsos em sistema público e peculato também foi solto.

Sérgio Côrtes, secretário de Saúde de Sérgio Cabral (PMDB), membro da turma do guardanapo que abalou Paris, fazia negociações até com próteses – culpado de um desvio de R\$ 300 milhões para a quadrilha de Cabral, ficou notório pela mensagem de celular que enviou a um cúmplice: “Meu chapa, você pode tentar negociar uma coisa ligada à campanha. Pode salvar seu negócio. Podemos passar pouco tempo na cadeia... Mas nossas putarias têm que continuar”, foi solto também. Além de Côrtes, a segunda turma, soltou diversos outros nomes envolvidos no esquema de propina do Cabral. Orlando Diniz ex-presidente da Fecomércio, os doleiros Oswaldo Prado Sanches e Antônio Claudio Albernaz Cordeiro dentre outros.

Os dias de farra na soltura de corruptos na Segunda Turma do STF estão por um fim. Em setembro, Toffoli assume a Presidência do Supremo e a ministra Carmem Lúcia, que tem demonstrado votos favoráveis ao combate da corrupção, dos crimes do colarinho branco, volta pra sua turma de origem, a Segunda.

MAÍRA CAMPOS

Ex-governador do Tocantins é condenado por fraudes na terceirização da Saúde

O ex-governador do Tocantins Marcelo Miranda (PMDB) foi condenado a 13 anos e nove meses de prisão por peculato e fraude em licitações. Miranda foi acusado pela contratação ilícita da entidade privada OSCIP Brasil para gerir os hospitais estaduais nos anos de 2003 e 2004.

O juiz federal João Paulo Abe, da 4ª Vara Federal de Palmas, que o condenou, ainda aplicou uma multa de R\$ 135.042,19 ao ex-governador por dispensa indevida de licitação. O juiz decretou que a pena de Marcelo Miranda seja cumprida inicialmente em regime fechado.

A denúncia aponta que a OSCIP Brasil foi contratada por meio de um Termo de Parceria, firmado em 2003 para “prestar auxílio” à Secretaria de Saúde de Tocantins, na gestão da secretaria, que tinha na época, 14 hospitais. Com o “auxílio”, a OSCIP Brasil recebeu a contrapartida mensal de R\$ 300 mil e, em razão do termo de parceria firmado, ficaram sob responsabilidade da instituição, nada menos que R\$ 14,4 milhões, direcionados para várias empresas, sem licitação, sem os controles inerentes ao uso de recursos públicos.

A acusação ainda apontou um desvio de dinheiro público em razão do não cumprimento dos termos da parceria e de sucessivas contratações entre o Estado e a OSCIP em um total de R\$ 23.130.328,13. O valor teria sido repassado em pouco mais de sete meses de vigência dos acordos, em valores de 2003.

A Justiça aceitou a denúncia contra Marcelo em 2014. Em 2016 foi determinada a suspensão do feito até o final do mandato do então governador do Tocantins. Com a mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobre a necessidade de autorização da Assembleia Legislativa para o recebimento de denúncias e instauração de ações penais contra Governadores de Estado, o processo voltou a tramitar em 2017.

Marcelo foi cassado em março de 2018. Com essa cassação do mandato, o processo foi remetido à primeira instância.

A OSCIP Brasil é uma entidade privada travestida de “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”, que facilita o aparecimento de parcerias e convênios entre empresas e órgãos públicos.



À esquerda, Pedro Silva. À direita, Laurence Casagrande, preso pela Operação Pedra no Caminho por desvios na Dersa e em obras do Rodoanel

Temer quer distribuir senhas para a entrada de venezuelanos no país

Michel Temer (PMDB) afirmou, em entrevista à Rádio Jornal de Pernambuco, que pretende estabelecer um sistema de senhas para limitar a entrada de refugiados venezuelanos no Brasil, por meio da fronteira de Roraima. “Hoje, entram cerca de 700 pessoas por dia. Pensamos em colocar senha para entrar 100, 200 pessoas por dia e organizar essas entradas”, disse Temer, que não detalhou qual o critério para atender os imigrantes que atravessam a fronteira após fugirem de uma situação de fome e miséria no país vizinho.

Na prática, o que ocorreria seria a instalação de catraca na fronteira, para limitar o acesso de refugiados ao país. A medida já foi repudiada até mesmo pelo STF que considerou – em voto da ministra Rosa Weber, que impediu a entrada de refugiados venezuelanos fere os tratados internacionais dos quais o

Brasil é signatário.

Fugindo de situação de miséria e fome na Venezuela, governada por Nicolás Maduro, os imigrantes vem ao Brasil em busca de melhor qualidade de vida. Entretanto, sem muitos recursos locais e a garantia de assistências básicas nas cidades da fronteira, acabam com que tenham problemas na chegada ao Brasil.

Ao anunciar a autorização do uso das Forças Armadas na região da fronteira, Temer disse que a edição do decreto de Garantia da Lei e da Ordem e o repasse de recursos para Roraima visam mais do que auxiliar os imigrantes, também atender aos brasileiros que moram nesta região.

Entretanto, a medida não contou com apoio nem mesmo dos militares.

Segundo a coluna “Painel” da “Folha de S. Paulo”, integrantes do alto escalão das Forças Armadas não concordaram com o emprego da

GLO, que só deve ocorrer quando o governo local perde o controle sobre a crise, o que, eles avaliam, não ocorreu em Roraima.

INTERIORIZAÇÃO

A maioria dos imigrantes venezuelanos que atravessam a fronteira brasileira está em situação de grande dificuldade e necessitam de atendimento médico e acesso a serviços públicos. O estado de Roraima, que possui uma população de 496 mil habitantes, não possui condições para receber mais de 800 pessoas diariamente.

A principal forma de remediar a questão é a interiorização desses imigrantes. Distribuir esses imigrantes para os outros estados do país. Entretanto, tal medida não está sendo realizada de forma efetiva. Esta semana, apenas 50 venezuelanos saíram de Roraima com destino a São Paulo, maior cidade do país e que possui melhor estrutura para receber imigrantes.

Paraná: PRE pede condenação de Beto Richa e Cida Borghetti

A Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná (PRE-PR) ingressou, nesta segunda-feira (27), com ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder e promoção pessoal contra a candidata à reeleição, governadora Cida Borghetti (PP), o ex-governador Beto Richa (PSDB), candidato ao Senado e aos prefeitos de Curitiba, Rafael Greca (PMN), e de Fernandes Pinheiro, Cleonice Schuck (PMDB).

De acordo com a procuradoria, em cerca de 10 eventos, a governadora teria feito uso do cargo para realizar promoção pessoal e propaganda política antecipada. A denúncia aponta que, após a renúncia de Beto Richa ao governo, para disputar a eleição deste ano, seguiu participando de eventos de liberação de recursos para prefeituras. Na ação, a procuradoria pede à Justiça a cassação do registro da candidatura ou do diploma de Cida e Richa, e a ineligibilidade dos dois por oito anos.

Ainda segundo a procuradoria, Beto Richa aproveitou que era governador do Paraná para aprovar emendas parlamentares apenas para sua base aliada, visando o apoio deles para as eleições de 2018. Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) afirmou que Richa fez propa-



Richa, ex-governador paranaense e sua vice

ganda pessoal, com a ajuda de Cida Borghetti, de olho no pleito.

Cida Borghetti, Rafael Greca e Cleonice Schuck, segundo a Procuradoria Regional Eleitoral, beneficiaram Beto Richa ao divulgar obras estaduais feitas após ele deixar o Executivo como se fossem de sua autoria.

“Foram carreados aos autos documentos que corroboram com a denúncia apresentada, no sentido de que o investigado Carlos Alberto Richa se beneficiou dos atos de governo para promover campanha eleitoral. Ainda, constatou-se que, juntamente a Maria Aparecida Borghetti, o prefeito de Curitiba, Rafael Valdomiro Greca de Macedo, e Cleonice Schuck, prefeita do município de Fernandes Pinheiro, beneficiaram o candidato”, diz a denúncia, que também pede a condenação de Greca e Schuck à perda dos direitos políticos.

Juntando notícias e fotos

dos dez eventos, a denúncia diz que “no dia 18 de maio de 2018, a governadora Maria Aparecida Borghetti excedeu os poderes conferidos pelo seu cargo, atuando em verdadeiro desvio de finalidade, ao se valer dos investimentos repassados pelo governo do Paraná ao município de Castro, para construção de quadras poliesportivas, para promover publicidade pessoal do investigado Carlos Alberto Richa, visando a uma futura candidatura deste ao cargo de senador”.

“Com tal conduta, além de realizar a promoção pessoal de Carlos Alberto Richa, visando ao cargo de senador ora disputado, a investigada buscou se beneficiar com o prestígio conquistado pelo candidato durante sua gestão, em vista da sua atual reeleição”, afirma a denúncia.

A defesa de Cida e Richa negam as acusações.

Justiça determina pagamento de indenização à família de Amarildo

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) confirmou nesta terça-feira (29), a indenização aos familiares do pedreiro Amarildo de Souza, morto por policiais na Rocinha em 2013. A decisão, em segunda instância, foi mantida pela maioria desembargadores do TJ-RJ, após o Estado do Rio recorrer do valor da indenização, de R\$ 3,9 milhões, arbitrado em julgamento.

Em 2016, a Justiça havia estabelecido que a viúva de Amarildo e seus seis filhos receberiam cerca de R\$ 500 mil e os quatro irmãos receberiam R\$ 100 mil. Além disso, estava previsto o rece-

bimento de dois terços de um salário mínimo para a viúva.

O advogado João Tancredo, que defende a família, considerou o resultado do julgamento mais um passo rumo à vitória definitiva, pois ainda cabem recursos. O advogado prevê mais dois anos até o desfecho do caso. Ainda, João lembrou que ainda existem recursos do estado e que a família não está recebendo nada e ainda está muito longe de acontecer, infelizmente.

A viúva de Amarildo, Elisabete da Silva esteve presente com alguns de seus filhos no julgamento e ficou satisfeita com o resultado, mas

espera por justiça “Dinheiro nenhum vai trazer a vida do meu marido, mas eu quero que a Justiça seja feita pelo erro que cometeram. Que não aconteçam outros Amarildos no Brasil”, disse a viúva do pedreiro, Elisabete da Silva.

Em 2013, Amarildo de Souza sumiu após dar um depoimento a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. Os restos mortais do pedreiro nunca foram achados. Em 2016 a Justiça condenou 13 policiais militares por envolvimento na morte de Amarildo. Eles foram acusados de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual.

A TEIA DA ARANHA DOURADA

Rodrigo Leste

No episódio 2, a equipe realizou filmagem no escritório de Pasquale, engenheiro bem sucedido que dá “uma de aior” e interpreta um ministro todo poderoso. Com a sua interferência, o caso do helicóptero carregado de “pó” é abafado.



Episódio 3

A filmagem no escritório do engenheiro Pasquale foi uma exceção. A maior parte da produção, por falta de outras locações, é feita no apartamento de Janete, a “Jane”, uma morena simpática que mora no centro de Belo Horizonte, perto do Mercado Central.

Plínio, mais conhecido como Geleia, “interpreta” o senador Cheiroso e Marco Polo, o Marco, faz o “papel” de Paçoça.

Ambos já estão a postos.

— Atenção — grita Alfredo. — Roda!

(Paçoça no celular)

— Não falei, compadre, a poeira já tá assentando. Só os mesmos chatos de sempre tocam no assunto, além, é claro, dos comunistas nas tais redes sociais.

— É, Paçoça. Por enquanto tá dominado. Mas tenho a sensação que temos uma bomba relógio ligada no porão. Esse troço não me cheira bem.

(Paçoça pensou em fazer um trocadilho com a palavra *cheira*, mas apenas sorriu. Cheiroso notou)

— Tá rindo do quê, compadre? A coisa é séria.

— Né nada não, Chefe, é que lembrei da cara da Anita, aquela que eu papei ontem — Paçoça ri à vontade. — Precisava ver como ela ficou quando a porra toda esguichou na cara dela.

— Ó Paçoça, me ajuda aí, né, lá se é hora de você me contar detalhe das suas transas, porra. A situação é grave, alguma coisa me diz que vai acabar dando merda. Você tem que pensar na minha reputação: sou candidato forte, quero ganhar essa eleição, arrancar o Partido dos Trabalhadores do poder, acabar com eles e dar um jeito nesse país. Tenho um compromisso moral com a minha gente.

(Paçoça não replica, mas pensa: “o Cheiroso sempre adorou contar as suas transas, tudo bem detalhado, certamente aumentando aqui e ali. Na hora que solto uma sobre o meu lance, o cara vem dar uma de certinho... Qualé? E agora me sai com *compromisso moral*”. Engole o riso)

(Paçoça continua a sua fala)

— Relaxa, Chefe, relaxa. A mídia já calou o bico. Sucesso total da “operação silêncio”. O ministro é foda mesmo!

— Uma cagada dessas deixa marcas, Paçoça. Seu filme tá mais do que queimado, pode saber, e a minha reputação está manchada.

— Tem que ser cascado, compadre. Isso passa. Não dou dois meses e ninguém mais lembra disso — pondera Paçoça.

— Tenho que construir a imagem de político respeitável, tenho que servir de exemplo, fazer com que me associem ao meu tio, um modelo de comportamento pra essa nação — argumenta Cheiroso coberto de preocupação.

— Vai dar tudo certo, compadre. Sua candidatura vai de vento em popa.

— Deus te ouça, Paçoça, Deus te ouça — Cheiroso pensa que tem que se afastar de Paçoça, a mídia não pode ligar sua imagem à dele. — Devemos essa ao ministro, compadre. Olho vivo, hem, nada de baixar a guarda (desliga).

— Corta! OK. Valeu. Parabéns, bravo! — aplaude Alfredo. Gui assovia.

Marco e Geleia se cumprimentam rindo, satisfeitos com suas interpretações.

— Tá ficando bom, galera — comemora Geleia, pegando o copo de água que Jane lhe oferece. — Tá melhor do que eu esperava.

— Cinema se faz com uma boa edição, Geleia, a gente tem um material razoável, mas precisamos conseguir melhorar o acabamento, a finalização.

— Podes crer, Fredo, é isso aí — diz Marco.

— Pessoal, pessoal, acabou de chegar uma mensagem do Pasquale — fala Jane, de olho na tela do celular. — Disse que não é pra fazer nada com a cena que participou. Quer ver tudo editado, consultar umas pessoas e decidir se autoriza a utilização de sua imagem.

— Tava bom demais pra ser verdade... — fala Renato lendo a mensagem no celular de Jane. — Sempre achei que esse burguês ia mijar pra trás.

— Calma, calma. Vamos mostrar a edição da cena pra ele — pondera Marco. — Se quiser, Fredo, marcamos com o Pasqua e eu vou com você.

— É foda! — exclama, Geleia. — Quando a gente consegue fazer um gol, vem o juiz e marca impedimento. Merda!

— Se ele engrossar vai melar nossa parada — murmura Gui.

— Vou ligar e marcar uma hora pra ir mostrar pra ele a cena editada. Você leva seu notebook, Marco, fica melhor pra ver. E a Jane podia vir também, acho que o sujeito foi com... com a sua cara — Alfredo faz a mímica do “violão”, rindo para Jane que sorri meio sem graça e pergunta:

— Mudando de assunto, que quê vocês acham de criar um grupo no *whatsapp* pra gente?

Fim do Episódio 3

MPE investiga PT e PR por propaganda paga e falsa nas redes sociais

Em Minas Gerais e Piauí, candidatos do PT e do PR estão sendo investigados pelos Ministérios Públicos Eleitorais por terem pago serviços de campanha e elogios "fake" nas redes sociais.

Pelo menos 14 candidaturas contrataram os serviços da agência Follow, do deputado federal e candidato ao Senado Miguel Corrêa (PT-MG), segundo o jornal "O Globo". Estão envolvidas candidaturas petistas ao Senado, a diversos governos de estados, além da de Lula à presidência. Para a câmara federal foram citadas candidaturas do PT e do PR.

De acordo com a lei eleitoral, qualquer tipo de impulsionamento nas mídias digitais deve acontecer diretamente com a empresa (Facebook, Twitter, etc.). Além disso, a propaganda eleitoral deve estar "identificada de forma inequívoca como tal", ou seja, não pode parecer uma opinião pessoal. A lei prevê multa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil para os casos em que a propaganda irregular for confirmada.

As investigações começaram após Paula Holanda, conhecida por ser uma "digital influencer", ter publicado em suas redes sociais que recebeu o convite para fazer parte de um esquema, no qual ela deveria tecer elogios e compartilhar matérias favoráveis a determinados candidatos em troca de dinheiro.

Em um vídeo, Breno Nolasco, que foi assessor do deputado Miguel, explica como os negócios funcionavam. A agência criou dois aplicativos, o "Follow" e "O Brasil Feliz de Novo" (específico para a campanha de Lula), a partir dos quais os funcionários deveriam compartilhar as notícias que favorecessem determinados candidatos. Para cada notícia compartilhada, o funcionário ganharia uma quantidade de pontos, que poderiam lhe render até R\$ 1 mil por mês.

Além disso, cada participante receberia R\$ 3 por amigo que trouxesse para os aplicativos, assim como os que estes amigos trouxessem, como em um esquema de pirâmide.

Até o fechamento desta edição, os serviços do aplicativo "Follow" foram retirados, mas ele ainda pode ser baixado nos celulares.

P. B.

No STF, líder dos caminhoneiros rebate ações contra o frete mínimo



Carlos Litti, presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS) e vice-presidente da CGTB, rebatendo as alegações do agronegócio com exemplos de descumprimentos do frete mínimo

Justiça de SP torna Haddad réu e MP pede sua condenação por enriquecimento ilícito

O Ministério Público de São Paulo pediu, na segunda-feira (27), a condenação do ex-prefeito da capital, Fernando Haddad (PT), por enriquecimento ilícito. O MP sustenta que Haddad "tinha pleno domínio" sobre o pagamento, pela UTC Engenharia, de uma dívida de R\$ 2,6 milhões da campanha de 2012 à Prefeitura com recursos de caixa 2.

O promotor Wilson Tafner, da Promotoria do Patrimônio Público, requer, ainda, o bloqueio de bens no valor de R\$ 15,1 milhões, o ressarcimento do dano causado, multa civil e a suspensão dos direitos políticos de Haddad.

Tafner é o mesmo promotor que moveu ação e conseguiu, na semana passada, a condenação do ex-prefeito tucano João Doria por improbidade no caso do uso do slogan 'SP Cidade Linda' para 'promoção pessoal'.

O promotor quer ainda a suspensão dos direitos políticos de Haddad. A ação pede também a condenação de outros seis acusados, entre os quais José de Filippi Júnior, ex-secretário de Saúde na gestão do petista (2013-2016).

CICLOVIA

O Tribunal de Justiça de São Paulo acei-

tou, na terça-feira (28), denúncia contra o ex-prefeito, candidato a vice-presidente pelo PT. O petista virou réu em uma ação de improbidade administrativa, na qual o Ministério Público pede sua condenação por ter causado prejuízo de R\$ 5,2 milhões aos cofres da prefeitura com a construção de uma ciclovia durante sua gestão.

Além de Haddad, três pessoas e a empresa que construiu a ciclovia se tornaram réus. Os promotores Nelson Sampaio e Marcelo Milani apontaram no inquérito civil "diversas irregularidades" nas obras de implantação das ciclovias, denominada 'Operação Urbana Consorciada Faria Lima'.

Segundo a denúncia do MP paulista, a construção de um trecho de 12,4 km da ciclovia Ceagesp-Ibirapuera pelo valor de R\$ 54,78 milhões foi feita sem a devida licitação, sem projeto executivo e com preço superfaturado.

Seis contratos da prefeitura com a empresa Jofege Pavimentação e Construção Ltda foram analisados. Neles, os promotores afirmam ter encontrado problemas como o custo do quilômetro da obra, que chegou a R\$ 4,4 mi-

lhões. Os promotores dizem que, na gestão anterior, a mesma obra custou R\$ 617 mil por quilômetro.

Os promotores pedem na ação o ressarcimento do valor total do contrato ou de pelo menos o valor do dano material já apurado por uma auditoria do Tribunal de Contas do Município (TCM), de R\$ 5,2 milhões.

A assessoria de Haddad distribuiu nota afirmando que o próprio despacho do juiz Kenishi Koyama, que aceitou a denúncia, "cita as medidas tomadas pelo prefeito no âmbito da Controladoria-Geral do Município, por ele criada, como argumento para afastar qualquer culpa ou dolo". "Diz o juiz: 'A criação da CGM dá sinais de que o mandatário não tinha qualquer intento ilegal'", afirma a nota.

Haddad é apontado como substituto de Lula na chapa petista, na medida em que o ex-presidente, que está preso desde abril cumprindo pena por corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex no Guarujá (SP), deve ser impedido de disputar a eleição por conta da Lei da Ficha Limpa.

Governo desiste de adiar reajuste dos servidores públicos para 2020

O governo Temer desistiu de adiar o reajuste dos servidores federais do Executivo para 2020. O governo havia proposto postergar a correção dos salários por meio de Medida Provisória (MP), após ter sido derrotado na proposta de congelamento dos salários pela mobilização do funcionalismo na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, em julho.

O reajuste de 2019 dos servidores, que engloba diversas categorias profissionais, entre civis e militares, faz parte de um acordo firmado em 2015 entre o governo e a categoria. Assinado no ano seguinte, o acordo previa um reajuste dividido em quatro parcelas pagas de 2016 a 2019.

A tentativa de barrar



o aumento dos salários para a categoria começou em 2017, quando o governo tentou dar um calote nas parcelas deste ano, suspendendo o reajuste salarial para 253 mil servidores ativos e inativos do Executivo Federal, porém o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio de liminar expedida pelo Ministro Ricardo Lewa-

ndowski, garantiu a terceira parcela do acordo.

O argumento do governo para justificar o congelamento dos salários e o rompimento do acordo com os trabalhadores é que se faz necessário cortar gastos para "equilibrar" as contas, que estão "deficitárias" mas, temendo mais um desgaste político, resolveu recuar.

O sindicalista Carlos Litti falou em audiência com o ministro Luiz Fux, que decidiu levar a discussão sobre a MP da tabela do frete ao plenário do STF

Em audiência realizada pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), na segunda-feira (28), para discutir as ações que questionam a medida provisória (MP) da tabela de fretes rodoviários, o líder dos Caminhoneiros, Carlos Litti Dahmer, defendeu que "inconstitucional é a fome".

A fala do dirigente, que é presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga de Ijuí (RS), e vice-presidente da CGTB, combate o argumento apresentado por representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e Confederação Nacional da Indústria (CNI), que consideram a existência de um frete mínimo como sendo inconstitucional.

Fux é o relator das ações que contestam a MP editada por Michel Temer em maio, que fixa um valor mínimo de frete a ser estipulado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e é parte das reivindicações dos caminhoneiros durante a greve da categoria.

O ministro comandou os debates na audiência, que contou com representantes do governo, empresas e caminhoneiros. "Agora temos informações suficientes. Vou submeter os processos em conjunto, vamos julgar de forma definitiva o mais breve possível a questão. Vou levar a plenário o mais breve possível", afirmou Fux.

O argumento da CNI e CNA é de que o frete mínimo gerou uma situação de insegurança jurídica e é responsável por aumentar os custos para o produtor. "A instabilidade jurídica que tomou conta do país é para nós fatal. Não adianta imaginar medida extrema estabelecendo valor fixo porque, se temos mercado menor, alguém vai ficar de fora. E pior do que transitoriamente ter que vender mais barato", acrescentou o consultor da CNA Luiz Antônio Fayet.

Litti rebateu as alegações do agronegócio com exemplos de descumprimentos do frete mínimo (o que inviabiliza o discurso de que o frete mínimo é que causa problemas, visto que nem sequer foi respeitado). Ele deu o exemplo da transportadora G10, que recebeu a importância de R\$ 850,47 por tonelada da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), para realizar um frete entre Mato Grosso e Rio Grande do Norte. "A G10 contratou transportador autônomo para efetuar o transporte pelo valor de R\$ 445,13 por tonelada, o que

no caso foi R\$ 1.6492,52. O valor estabelecido pelo piso mínimo, segundo a resolução 5820 [da ANTT] para essa operação deveria ser R\$ 2.2926,40. A transportadora G10 descumpriu a lei, pagando abaixo do piso, mesmo tendo obtido exorbitante lucro de mais de 50% no valor do frete", explicou Litti.

"Ela não teve o risco, não teve despesa com pneus, com diesel, com mão de obra, teve sim, como diz a bíblia, a mansidão dos pombos e a astúcia das serpentes, para explorar e, como vampiro do transporte, sugar até a última gota do caminhoneiro", denunciou o dirigente, que completa apontando que "trabalhar pelo óleo diesel, ministro, não é cabível. Ninguém nesse país pode trabalhar só para o pão, outras necessidades básicas precisam ser remuneradas pelo nosso trabalho".

COMMODITIES

Outro ponto abordado por ambas as partes foi o preço tabelado de certos produtos, como a soja e os insumos necessários para a sua produção. A CNI apresentou dados para tentar demonstrar que o tabelamento do frete aumentou o custo do transporte em 12% na comparação com o período antes da greve dos caminhoneiros. Já o superintendente da CNA, Bruno Barcelos, presente no debate, alegou que "não é o produtor que fixa quanto vai receber, é o mercado. Por exemplo, milho e soja tem preço fixado nas bolsas", disse.

Porém, "o preço da tonela de adubo era, antes da nossa greve, de R\$1.200 por tonelada e a cotação do dólar daquele dia era R\$ 3,66. Nesta sexta, dia 24 de agosto, este mesmo produto custava ao produtor, lá na fazenda, R\$1.600, e a cotação do dólar em R\$ 4,09 - portanto essa diferença de 43 centavos de dólar é que produziu a variação dos R\$ 400 no preço final, e não como alega o CNA, os caminhoneiros e o piso mínimo de frete", denunciou Litti.

"Eles defendem o piso mínimo para café, laranja e trigo, mas negam-se terminantemente a discutir o piso mínimo de frete, para o seu produto sim, para o frete alegam inconstitucionalidade. Inconstitucional é a fome, é não dar garantia de sobrevivência aos seus, é a exploração de uma categoria sobre a outra, é não dar oportunidade de dignidade ao ser humano", completou o dirigente dos caminhoneiros.

ANA CLÁUDIA

72% dos empresários do varejo veem piora no cenário econômico

Pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apurou que 72% dos empresários do varejo acham que houve deterioração significativa do cenário econômico brasileiro nos últimos meses.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) recuou para 103,7 pontos no mês de agosto. O que representa redução de 2,5%, na série com ajuste sazonal, na comparação com julho.

"A desvalorização do real, o ritmo fraco do mercado de trabalho, as pressões de custos e o cenário externo mais desfavorável têm levado a economia e

o comércio a um ritmo de crescimento mais fraco nos últimos meses", afirma Fábio Bentes, chefe da Divisão Econômica da CNC.

O levantamento da entidade mostra que o subíndice que captura a avaliação das condições correntes da economia encolheu 6,1% na passagem de julho para agosto e, pela primeira vez em mais de dois anos, retrocedeu no comparativo anual (-2,6% ante agosto de 2017).

"A elevada incerteza do cenário político a menos de um mês e meio do primeiro turno das eleições nos leva a projetar um crescimento menor das vendas no segundo semestre", pontua Bentes.

Maduro e o pacote do fracasso

Neste artigo, o engenheiro Rafael Ramírez Carreño, que foi ministro do Poder Popular de Petróleo e Mineração do governo de Hugo Chávez entre 2002 e 2013, acumulando a presidência da Petróleos da Venezuela (PDVSA), denuncia a corrupção, a privatização e a destruição da economia do país como a marca do governo de Nicolás Maduro. “Há que dizer a verdade com coragem, aconteça o que acontecer. Os que estivemos com o Comandante Chávez temos a responsabilidade de atuar, desmascarar o madurismo, suas mentiras e suas manobras. Desmascarar a este governo entreguista, autoritário, manipulador e perseguidor de revolucionários”, sublinha em seu texto originalmente intitulado *Maduro e o pacote do fracasso*

RAFAEL RAMÍREZ CARREÑO

O pacote de Maduro anunciado em 17 de agosto passado, que faz água em apenas uma semana, é o reconhecimento do fracasso da gestão de Nicolás Maduro à frente da condução da economia e do país.

Enquanto correm os dias posteriores aos anúncios e no esforço por lhes encontrar sentido, chegamos à conclusão de que, na realidade, Maduro confessa seu fracasso, e ainda se entrega abertamente às forças do mercado e aos fatores criminosos e especulativos que cresceram e se fortaleceram sob a sua sombra. Dá-lhes sua benção, vacila diante dos demônios e sicários econômicos que ele mesmo estimulou e que agora devoram e saqueiam o país.

Se, como há mais de quatro anos vêm repetindo Maduro e seu governo, toda a crise se deve à “guerra econômica”, então, os anúncios feitos são o reconhecimento de que essa “guerra” foi perdida por Maduro há bastante tempo e agora capitula em seus vãos esforços por manter-se no poder.

Quando Maduro reconhece que o valor de câmbio de um dólar é de 6.000.000 de bolívares, é o próprio presidente quem reconhece e “legítima” o “Dólar Today”* como quem define o valor da nossa desvalorizada moeda nacional. Ficaram cinco anos reiterando que “o paralelo não existe”, acusando o “dólar criminoso”, negando o que era evidente para o país inteiro, para os especialistas e para o assalariado, para o trabalhador que tem que ir ao mercado: o valor do bolívar despencou diante da ausência de uma política monetária do governo, ancorado durante

Os grupos que se fortaleceram com a renda petroleira são uma estranha mistura de sobrenomes da oligarquia tradicional e novos

todos estes anos ao dogma de um controle de câmbio que já, desde 2013, demonstrava que era incapaz de controlar nada.

Com prepotência e soberba, Maduro rechaçou as medidas econômicas que propusemos no início de 2014, quando advertíamos que havia que ir a um sistema de câmbio único, cujo valor fosse o resultado da convergência do paralelo com um objetivo traçado com o Banco Central de Venezuela que, naquele momento, era de apenas 25 bolívares por dólar, o câmbio de indiferença com o mercado paralelo na zona fronteira.

Propúnhamos também que, uma vez alcançado esse objetivo, a moeda flutuasse e que o BCV, no marco de suas atribuições constitucionais, interviesse para manter o câmbio em torno ao objetivo colocado, trabalhando com o Executivo Nacional e a PDVSA para que o ingresso de divisas provenientes da renda petroleira alimentasse o sistema cambiário para satisfazer os requerimentos de divisas do país.

Isso requeria a unificação de todos os Fundos em divisas, como o Fundo Nacional para o Desenvolvimento Nacional (Fonden), o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (Bandes) e o Fundo Chinês Venezuelano, na conta de reservas do BCV, e que os grandes contratos de obras subscritos pelo executivo e suas distintas entidades fossem estabelecidos na proporção de bolívares e divisas adequadas. Tratava-se de impedir que os fatores privados operassem a seu bel-prazer as divisas que obtinham do Estado para a execução de obras.

Estava convencido, e tinha provas irrefutáveis disso, que as empresas internacionais que haviam grandes obras no país: empresas chinesas, brasileiras, russas, além das norte-americanas e europeias tradicionais, alimentavam o câmbio paralelo com nossas próprias divisas! Para isso contaram sempre com

a cumplicidade do setor bancário nacional (público e privado), que jogou com a especulação e triangulou os depósitos de divisas no exterior com os volumes de bolívares que entregavam no país no valor do paralelo. Fizeram-se grandes fortunas com estas operações. Nunca entendi por que os mecanismos do Estado para o controle financeiro dos bancos não funcionaram, como podiam negociar-se tão grandes volumes de efetivo sem ser detectados pelos organismos competentes.

Sabia também, assim como outros ministros, que a Comissão Nacional de Administração de Divisas (Cadivi) e, posteriormente, o Centro Nacional de Comércio Exterior (Cencoex), tinham demasiada liberalidade na alocação das divisas da República. Eram mecanismos que, diante do imenso diferencial e ganância que se produzia no mercado negro, se transformaram numa fonte de obtenção da mercadoria mais barata no país: o dólar.

BUSCAS

Entreguei pessoalmente a Maduro as grandes pastas com documentos que conseguimos obter das divisas repassadas pelo Cadivi às empresas internacionais e nacionais. Com um grupo de especialistas da PDVSA, analisamos a informação: identificamos e classificamos

por montantes e setor aqueles a quem se havia entregue as divisas da República, a quais empresas, por qual conceito. Fizemos uma busca dos sócios dessas empresas e surgiram os mesmos nomes, os mesmos responsáveis, os mesmos mecanismos de ocultação de capitais. Também conseguimos fazer algo (não nos deu muito tempo), com o Cencoex. Maduro nunca fez pública esta informação. Foi sua decisão.

As grandes fortunas feitas, os novos grupos econômicos que se fortaleceram com estes mecanismos de apropriação da renda petroleira, são uma estranha mistura de sobrenomes e operadores econômicos da oligarquia tradicional com uma nova camada de operadores. Uma estranha mistura de interesses políticos de todo tipo, ali funciona a unidade entre a oposição e o madurismo, é a porta traseira, são os que estimulam os pactos e acordos.

Durante este governo, a atuação desses grupos, seu fortalecimento, conseguiu atingir expressão e beligerância política: adquiriram meios de comunicação de todo tipo, pagam campanhas políticas, de desprestígio, juizes, funcionários, fiscais e, pela primeira vez em muitos anos, entraram em Miraflores, nas Instituições do Estado, tiram e põem ministros, presidentes de empresas, são perigosos, decidem políticas na área financeira, mineira, petroleira, nos programas de importação de alimentos, os Comitês Locais de Abastecimento e Produção (CLAP), até a criptomoneda, o Petro.

Este é um fator político, deplorável, que o presidente Chávez havia erradicado da condução do Estado e de suas instituições; mais uma conquista que se perdeu. Estou convencido que estes grupos impediram as medidas econômicas que propusemos em 2014, assim como conseguiram nossa saída da PDVSA e logo do país.

Assim, depois de quatro anos em que fizeram o que lhes deu vontade com as divisas do Estado, fizeram fortunas e forjaram poderosos grupos de poder. Agora, com a água até o pescoço e uma economia destruída, Maduro reconhece

o “Dólar Today”, o transforma em referência e em base ao mesmo estabelece sua proposta econômica, faz (tal qual aprendiz de mago) leilões pelo Sistema Complementar Flutuante de Mercado (Dicom), fixa salários e acerta preços. Desde os anúncios até hoje, a cotação do tipo de câmbio já subiu dos 6.000.000 (seis milhões!) de bolívares, reconhecidos por Maduro, em 17 de agosto, a mais de 8.300.000 (8 milhões e 300 mil) de bolívares, segundo o “Dólar Today”, ou seja quase 40% em menos de 10 dias!

Maduro em sua alocução ao país fala sobre a “hiperinflação criminosa” causada pela “guerra econômica”, o que vem sendo parte do discurso oficial desenhado e repetido mil e uma vezes, para convencer o povo de que a crise é culpa de “outros”, um inimigo sem rosto definido, uma força superior, qualquer, qualquer bode expiatório, menos o governo e muito menos o presidente. A surpresa é quando o presidente confessa ou reconhece que tem impresso “dinheiro inorgânico”! É logo depois, acrescenta que “a vida é assim, nós jogamos assim”. É uma confissão que indigna, por sua desfaçatez e irresponsabilidade, mas ao mesmo tempo, demonstra até que ponto a soberba tem sido um elemento fundamental na condução do governo.

Todos da equipe econômica durante o governo revolucionário do presidente Chávez trabalharam coordenadamente e de forma prioritária para evitar que se desatasse o demônio inflacionário. Vinhamos de inflações de 100% durante o colapso da IV República e nossa revolução conseguiu levá-la a uma média de 25%, com o objetivo, no Plano da Pátria, de reduzi-la a um só dígito.

O presidente Chávez tinha consciência deste fenômeno, nós também: a inflação é o mecanismo por excelência do capitalismo e seu metabolismo selvagem para se apropriar da riqueza do trabalhador, seu salário, poupanças, trabalho.

Em nosso país petroleiro, com uma economia mineiro-extrativa, uma economia dependente e fundamentalmente importadora, a renda petroleira que captamos no exterior entra na corrente de uma economia atrofiada pelo modelo petroleiro, que não pode absorver essa massa monetária; não tem capacidades produtivas equivalentes ao ingresso, pelo qual a mesma deriva para o consumo interno, à acumulação ou volta a sair do país.

Gera-se uma demanda que não é satisfeita pela produção nacional, pelo que a mesma se satisfaz com importações. O resto da renda ou se transforma em desenvolvimento social, infraestrutura e capacidades produtivas ou sai do país pelos distintos mecanismos de apropriação, tanto da burguesia nacional como do capitalismo internacional.

A inflação e o tema cambial são dois demônios da economia petroleira, do capitalismo dependente, que há de evitar que desateme e atuem em conjunto. Isso é o que Maduro tem permitido, provavelmente por desconhecimento, maus assessores, muita soberba ou simples irresponsabilidade. Mas a realidade é que ambos os demônios escaparam do cepo onde os tínhamos retido enquanto se superava o modelo rentista petroleiro.

Em sua alocução, Maduro olha para os lados e pergunta à sua equipe: “Como foi possível que o salário mínimo tenha caído de 300 dólares mensais há cinco anos para um (!) dólar hoje em dia?”. Faz a pergunta com uma pose de estranheza e de espanto: “Quem levou embora esse dinheiro? De quem é a culpa?”. Então a câmara faz uma panorâmica. Achei que um amigo que estava ali iria dizer: VOCE Nicolás! Foi você, é a tua culpa. Meu amigo teria



Ramírez, que presidia a PDVSA, ao lado de Hugo Chávez em inspeção a instalações da empresa

falado por todo um país. Já virá o momento.

Quando Maduro reconhece que tem impresso o dinheiro sem lastro, não se dá conta que está reconhecendo que “tentou apagar fogo jogando gasolina”. Claro, os assessores dos quais tem se cercado estes anos o convenceram de que a “inflação não existe”. Algum efêmero ministro de finanças disse que “era um invento do capitalismo”, outro assessor ao amigo, lhe diria, “bem, se os EUA imprimem dólares, nós também!”, etc.

O que não acaba de entender o governo, é que, como dizia o Comandante Chávez, o capitalismo não se pode derrotar com mais capitalismo. Se derrota com mais socialismo!

O que acontece é que, além de todas as considerações políticas, éticas ou econômicas que, obviamente pouco lhe importam, têm prevalecido no governo a maracutaia e a armação como forma de fazer política. Política com “p” minúsculo.

Assim, em meio a este caos criado por eles mesmos, do sofrimento do povo, dos mais humildes, o madurismo insiste na ideia de que seu chefe deve mostrar-se como o “protetor do Povo” e, para isso, articularam um sofisticado mecanismo de controle social que necessita de recursos. Não importa se os mesmos são fictícios, se os imprime, se são “bilhetes de Monopólio” ou se “pão para hoje e fome para dentro de oito horas”, com uma inflação mensal de mais de 130%, ou seja, uma hiperinflação projetada de um milhão por cento (1.000.000%), como tem projetado o FMI.

O governo tem estado imprimindo trilhões de bolívares sem lastro algum para manter sua política de bônus, aumentos salariais e o carnê da pátria, entre outros. Manipula-se o povo, os humildes, os que têm necessidades ou esperança, com um dinheiro que não tem valor, um carnê de controle e uma caixa da vergonha. E ainda se destrói consciência com um dinheiro fácil, que não é produto do trabalho, nem da participação social. Somente se deve apoiar Maduro.

Quando o humilde ou trabalhador sai, finalmente, com seu bônus na mão para conseguir ou comprar algo, a realidade lhe bate na cara. Os preços subiram, não se consegue o produto ou o local fechou. O perverso desse mecanismo é que o governo aparenta que quer proteger o povo, que luta em seu benefício, mas sabe que é mentira, que é passageiro, que é só um anúncio, uma manipulação grosseira, uma alegria efêmera, como aquilo dos 10 milhões de bolívares para quem votasse em Maduro [O governo ofereceu bônus a quem participasse do processo eleitoral]. São uns traficantes da esperança do povo.

Depois de reconhecer que o próprio governo foi um dos responsáveis diretos da hiperinflação no país, agora Maduro “jura” que mudará, “que não vou imprimir mais dinheiro inorgânico”. Então passa de um extremo da soberba à rendição e à mentira ao estabelecer como meta o “déficit zero”.

Maduro e seus assessores devem saber que não se pode alcançar um déficit zero, menos

ainda neste desastre. Tudo está deficitário. NÃO HÁ ENTRADA DE RECURSOS!

Não há ingressos petroleros, destruíram a PDVSA com seu monte de mentiras, irresponsabilidades, más orientações e suas sucessivas decisões de quem NÃO sabe nada de petróleo. No dia de hoje nossa produção está, a duras penas, em 1,2 milhão de barris/dia. Perdemos, em tão só quatro anos, 1,8 milhão de barris/dia de produção de petróleo. São mais de 41 bilhões de dólares anuais que não entram no país por culpa de Maduro.

Então, se não há suficiente produção petroleira, se o governo, além disso, exonera de impostos às petroleiras; se as empresas da CVG [que controla os setores de alumínio, aço e ferro] não estão trazendo divisas ao país; se há uma queda durante quatro anos do Produto Interno Bruto (o último informe da CEPAL fala de -12% para 2018), não há produção nacional de nada; se roubam o ouro e sai por Curaçao ou vá para a Turquia, então, de onde sairá o dinheiro para sustentar o país, a produção, os programas sociais, para o “déficit fiscal zero”? Está claro que vai sair do povo.

O pacote de Maduro já começa a ter consequências:

Aumenta-se o IVA, todo o povo deverá pagar 16% de IVA (Maduro mentiu, ao dizer que só seria por alguns produtos. Saiu na Gaceta: todos pagam 16% de IVA). São aceitos os preços especulativos, não é “guerra econômica”, é o mesmo governo. Eleva-se a gasolina ao preço internacional e, se tomarmos o preço em média de 1,2 dólares por litro, um tanque de 40 litros que pode durar uma semana no máximo, significa 48 dólares, para um país onde o salário mínimo é de 1,36 dólares mensais e o governo promete que será de 30 dólares mensais. Mas ao preço do marcador do governo (Dólar Today), encher o tanque semanal de um carro custará 400.656.000 (quatrocentos milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil) bolívares ou se preferir 4006 Bolívares Soberanos. Quem tem como pagar esse preço? Se não tiveres o carnê de Maduro, não tens direitos? E a Constituição?

Já o preço do transporte aumentou para 100.000 bolívares, o metrô a 50.000 bolívares. Quando você perceber subirá a luz e a água, venderão a PDVSA, privatizarão as estatais “deficitárias” e terminarão de entregar o petróleo, o gás, o ouro, o país. Até quando? O que mais falta entregar para satisfazer Maduro?

IMPOSTORES

Este é um governo de direita, entreguista, que tem nos levado a uma condição de vulnerabilidade que compromete a soberania, que impõe ao povo um pacote brutal, cujos porta-vozes indecentes dizem que lhe “meteram meio ‘Petro’ ao país”; que maldiz aos que vão embora e onde os corpos de segurança sequestram e violentam os direitos dos prisioneiros políticos, os humilham, os degradam.

Quando acordarmos des-

te pesadelo será um país em ruínas, entregue, atrasado, capitalista dependente, onde seus jovens foram embora, seus profissionais também; onde a Exxon Mobil leva nosso petróleo do Esequibo, a Gold Reserve leva o ouro do Arco Minero. Será o país da desonra para os que o Comandante lhes encar-

regou de defender as garantias sociais e a soberania da Pátria, defender o povo venezuelano.

Volto a dizer, já que o governo insiste em mentir e manipular: o povo, o Chavismo e todo o país devem estar alerta e claro. O governo mente descaradamente, sem

nenhum rubor, fará o que seja para se manter no poder. Levaram o país a uma situação de colapso e crise cujos maiores responsáveis são eles mesmos. Debilitaram-nos política e institucionalmente, demoliram os pilares da Pátria que o Comandante conquistou para as gerações futuras, para poder construir sobre esses pilares um país melhor para todos, uma sociedade da solidariedade, a justiça social e o trabalho.

Não dá para calar, não pode passar agachado, não se pode ter medo. Há que dizer a verdade com coragem, aconteça o que acontecer. Os que estivemos com o Comandante Chávez temos a responsabilidade de atuar, desmascarar o madurismo, suas mentiras, suas manobras. Desmascarar a este governo entreguista, autoritário, manipulador e perseguidor de revolucionários.

Maduro sabe que fracassou, por isso tem seu rendimento em seu discurso, tirou a máscara. Chávez já não lhe serve, o Comandante há tempo foi expulso de Miraflores por esses impostores.

Agora o madurismo mostra seu verdadeiro rosto. Seu governo incapaz, de direita, impõe um pacote com efeitos devastadores para a economia e o futuro do país, já não pode se sustentar. Provocará uma terra arrasada com o que resta.

Nestes cinco anos já fizeram muito dano ao país. Tem degradado tanto os valores espirituais, destruído a economia, corrompido tudo, provocado a saída do país de mais de 2,3 milhões de venezuelanos, a maioria jovens desesperados, desencantados. Tem levado à prisão tantos inocentes, tem mentido tanto, tem imposto o medo, tudo isso impunemente. Mas acreditam (estão convencidos disso) que podem seguir atuando à vontade, que poderão seguir fazendo o que quiserem, saqueando o país.

Mais cedo que tarde, o mesmo povo assumirá a defesa de seu futuro, os setores revolucionários assumirão sua responsabilidade e voltará um relâmpago a rasgar a escuridão, voltará a espada libertadora às mãos que a mereçam, devolveremos o poder ao povo, com Chávez sempre. Venceremos!

*Dólar Today é uma empresa dirigida por venezuelanos residentes nos EUA que divulga vários tipos de câmbio para a moeda do país, o bolívar, marcando inclusive o mercado negro de divisas.

Coreia adverte EUA: “jogo duplo” põe em risco desnuclearização



Festival 'Uma só Coreia' uniu Norte e Sul nos Jogos Asiáticos 2018 em Jacarta

2,3 milhões de pessoas já deixaram a Venezuela devido à gravidade da crise

Mais de 2,3 milhões de pessoas já abandonaram a Venezuela, com a crise humanitária se agravando dia após dia, tornando a situação tão grave que pode ser comparada à massiva fuga de refugiados via mar Mediterrâneo em 2015, alertou a Organização das Nações Unidas (ONU).

Parcela expressiva da população de 30,6 milhões tem buscado a Colômbia, Peru, Equador e Brasil para fugir da enorme crise econômica e social, que tem se traduzido em escassez de alimentos, remédios e produtos básicos. A penúria tem provocado graves distúrbios, particularmente nas cidades fronteiriças.

Para enfrentar o agravamento da situação, o chefe da autoridade migratória colombiana, Christian Krüger, convocou para os próximos dias, em Bogotá, uma reunião de emergência entre autoridades dos quatro países.

A estimativa é que se encontrem mais de um milhão de venezuelanos na Colômbia, 420 mil no Peru, 200 mil no Equador e 50 mil no Brasil, que demandam

dos respectivos governos alimentação, hospedagem, saúde, educação e trabalho.

Diante do “perigo iminente” à saúde, o Peru declarou estado de emergência em várias localidades na fronteira com o Equador. A decisão, esclarece o decreto assinado pelo presidente peruano Martín Vizcarra, tem validade de 60 dias e busca a “execução de ações imediatas e necessárias de redução de muito alto risco, assim como de resposta e reabilitação” diante da elevada tensão. O caos é particularmente visível nas localidades de Aguascalientes, Zarumilla e Tumbes, transbordadas nos últimos dias por venezuelanos desesperados, a quem se passou a exigir passaporte. Neste momento, informou a oficina de migrações, se encontram em solo peruano quatro vezes mais venezuelanos do que no ano passado.

Por sua parte, o governo equatoriano ampliou por mais 30 dias o “estado de emergência” declarado no

início do mês nos estados fronteiriços à Colômbia e ao Peru.

No Equador, utilizado como país de trânsito em direção ao Peru e ao Chile, 90 mil venezuelanos já possuem visto e outros 50 mil estão em tramitação.

Alegando que as fotos de milhares de venezuelanos abandonando o seu país não passa de montagem, o governo de Maduro anunciou ter repatriado do Peru 89 cidadãos que estariam sendo submetidos a um tratamento “vexaminoso, cruel e desumano”.

Sem enfrentar a inflação de 1.000.000% (um milhão!) e o brutal arrocho salarial (o salário mínimo despenhou para um dólar), Maduro atribui o desespero dos conterrâneos diante do seu desgoverno à “campanha da direita”. “Não é possível que alguns venezuelanos que foram lavar privada no exterior tenham ido como escravos econômicos porque escutaram que era preciso abandonar seu país”, declarou cinicamente.

Após 100 dias separado da mãe nos EUA, menino imigrante de 3 anos não a reconhece

Sammy, um menino guatemalteco de apenas três anos, é a mais nova vítima da política de perseguição aos imigrantes irregulares desencadeada pelo governo de Donald Trump, que separou forçosamente mais de duas mil pessoas, entre elas crianças e adolescentes. Após ficar afastado dos familiares por mais de 100 dias, a criança foi devolvida à sua mãe, mas não a reconheceu.

Um vídeo recentemente filmado no aeroporto de Houston, no Texas, deixa mais do que evidente a gravidade do problema. Na gravação, se vê uma mulher em prantos ao tentar convencer o filho

de que é sua mãe, bastante afetada pelo distanciamento. “Eu sou sua mãe”, repete entre lágrimas, enquanto diz ao marido que o filho está “traumatizado”.

O pai do pequeno Sammy, Ever Reyes-Mejia, informou à União Estadunidense pelas Liberdades Cívicas (ACLU) que ele e o filho foram detidos na fronteira dos EUA em abril, quando

tentavam entrar no país através do México. Preso em um centro de detenção, foi apresentado a um juiz de imigração, que lhe disse para não acordar o pequeno. Desde então, foi separado

do filho, com quem voltou a se reunir somente no dia 10 de julho. Posteriormente, os dois viajaram a Houston para se reunir com a mãe de Sammy e a irmã de 5 meses, que também foram libertadas de um centro de detenção.

Em entrevista à Univision, a psicóloga Angela Conway culpou a situação de desamparo - marca da política migratória dos EUA - pelos traumas, complexos e ansiedade que está passando a criança. De acordo com a especialista, Sammy sofreu um “abandono emocional” que não pôde assimilar.

Rússia denuncia na ONU operação de bandeira trocada em Idlib e reforça defesa naval da Síria

A Rússia denunciou perante o Conselho de Segurança da ONU, na terça-feira (28), que Estados Unidos, com apoio da Inglaterra e França, prepara uma ação de bandeira trocada. Como já fez antes, ensaia um inexistente ‘ataque’ do Exército da Síria com armas químicas para criar pretexto “para atacar infraestrutura civil desta nação”, denunciou o representante russo, Vassily Nebenzia. “A intenção por trás dessa manipulação é parar o exército sírio em seu avanço na luta contra o terrorismo”, acrescentou o diplomata russo nas Nações Unidas.

O Ministério da Defesa da Rússia vem denunciando, há alguns dias, que a organização de apoio às repetidas farsas norte-americanas dos inexistentes ataques, os Capacetes Brancos, tem transportado grandes quantidades de material tóxico em direção ao sul da província de Idlib, que faz fronteira com a

Turquia, e é último território sob domínio terrorista.

“Os ataques planejados com apoio nestas campanhas e provocações”, esclareceu o diplomata, “teriam como único resultado o dano às possibilidades do processo político pela paz em todo o território sírio e servem para protelar o fim da ocupação da província de Idlib”.

Já o representante da Síria perante o Conselho de Segurança da ONU, Bashar Al-Jaafari, disse que “qualquer agressão a meu país - usando esta surrada matriz de condução enganosa da opinião pública - seria mais uma forma de apoio ao terrorismo e ataque a uma nação soberana que está entre as fundadoras da ONU”.

Em outro alerta sobre a preparação de uma agressão, de acordo com o porta-voz do Ministério da Defesa da Rússia, major-general Igor Ko-

nashenkov, o destroyer USS The Sullivans, com 56 mísseis cruzeiro Tomahawk a bordo, chegou a uma base norte-americana no Qatar, situada no Golfo Persa. Também está na mesma base o bombardeiro B-1B com 24 mísseis cruzeiro ar-terra, com a mesma condição de ataque. “Isto é mais um claro indicativo de que está sendo preparado um ataque sob pretexto de uso de armas químicas pela Síria, um esquema montado em Idlib, pelos milicianos do Tahrir Al Shams - novo nome da famigerada Frente Al Nusra - com apoio do serviço secreto inglês”, denuncia Konashenkov.

Diante das ameaças, a Rússia deslocou navios em direção ao Mediterrâneo a partir de sua frota do Mar Negro: os navios armados de mísseis, Almirante Grigorovich e Almirante Essen Kalibir, que vão se somar à força naval já aloçada na Síria.

Neto de Mandela rebate tuitada de Donald Trump contra a reforma agrária sul-africana

O neto do grande Nelson Mandela, Nkosi, rechaçou o que chamou de “infeliz tweet do presidente Trump”, em que este condenou a decisão da África do Sul de finalmente realizar a reforma agrária e disse ter ordenado que seu secretário de Estado investigasse o que estava acontecendo com os “agricultores brancos”, que estariam sendo “assassinados”. A tuitada de trump aconteceu após a Fox News se meter a dar palpite sobre a questão.

Mandela classificou a ordem a Mike Pompeo de “arrogante”, acrescentando que Trump era “ignorante” da realidade da África do Sul, onde, duas décadas depois do fim oficial do apartheid, 72% das terras férteis continuam de posse de um pequeno número de agricultores brancos, enquanto milhões de pessoas não têm terra nenhuma.

“O infeliz tweet do presidente Donald Trump mostra desrespeito pela soberania da África do Sul e nosso compromisso com a justiça e reparação”, disse o neto de Mandela. Ele acrescentou que a África do Sul “não receberá diktats, não será ameaçada ou pressionada” e não vai abandonar a reforma agrária que irá acabar com “as injustiças do passado”. Mandela assinalou, ainda, que Trump deveria lidar com suas próprias questões domésticas, ou seja, aquelas que o movimento Black Lives Matter vem denunciando.

Aliás, o apartheid foi imposto exatamente para permitir que a terra, que era da população negra, fosse tomada pelos “colonos” brancos, que não passam de 8% da população, enquanto os negros eram empurrados para guetos, “bantustões” e “reservas”. A Lei das Terras Nativas de 1913, que tornou ilegal que africanos detivessem terras além desses buracos, foi o deflagrador do apartheid.

Audiências públicas sobre a reforma agrária estão sendo realizadas no país inteiro. A legislação na África do Sul prevê expropriação sem compensação de terras com mais de 12.000 hectares, para redistribuição para sua população negra. Porta-voz do presidente Cyril Ramaphosa rebateu a tuitada de Trump, dizendo que é baseada em “informações falsas”, “percepção estreita” e busca dividir a nação. A reforma agrária terá como alvo principalmente as terras improdutivas.

Na terça-feira (28), o Congresso Nacional Africano anunciou a retirada dessa legislação sobre a reforma agrária para que a constituição possa ser alterada de forma a garantir a compra compulsória de terras sem compensação. Até aqui, o que ocorreu de redistribuição de terra foi com base na ideia de “quer vender a terra, o governo compra”, e que na prática manteve inalterada a concentração de terras. Com base em uma pesquisa de escrituras, o governo afirma que os negros possuem quatro por cento das terras privadas, e apenas oito por cento das terras agrícolas foram transferidas para mãos negras, bem abaixo da meta, estabelecida para 2014, de 30%.

Pyongyang e Seul preparam escritório conjunto em Kaesong

A Coreia do Sul reafirmou nesta quarta-feira (29) em Seul que segue em andamento os preparativos para as conversações com a RPDC - República Popular Democrática da Coreia que visa a abertura de um escritório de trabalho e enlace conjunto na cidade de Kaesong na fronteira Norte-Sul.

A inauguração do escritório conjunto foi acordada pelos dois presidentes, Kim Jong Un e Moon Jae-in durante o primeiro encontro de cúpulas dos dois países em 27 de Abril de 2018 e agora reafirmada pelo Ministério da Reunificação da Coreia do Sul.

Os dois presidentes pretendiam inaugurar o escritório em finais de agosto, mas a interferência dos EUA dificultou o andamento em Seul. Mike Pompeo, secretário de Estado americano, atendeu a orientação de Donald Trump e cancelou sua visita que marcada a Pyongyang nesta semana e falou por telefone com os ministros das Relações Exteriores do Japão e da Coreia do Sul pressionando os dois países para que

exijam a desnuclearização unilateral da RPDC. Os EUA, assim, tentam impor um freio nas negociações intercoreanas e atraem o Japão para suas manobras divisionistas e belicistas.

Os preparativos para o terceiro encontro entre os presidentes do Norte e do Sul seguem marchando bem e confirmado para acontecer no final de setembro.

Em Pyongyang o governo da RPDC também reafirmou seu desejo de que o encontro de cúpula se realize em setembro e de tomar as medidas práticas para a implementação da Declaração de

Panmunjom, ciente de que na Coreia do Sul alguns setores minoritários mais submissos aos EUA são contra a abolição da política hostil anti-RPDC e a adotar a declaração de fim da guerra e por um Tratado de Paz.

“É inegável o ambiente positivo criado nos últimos 4 meses posteriores à adoção da Declaração de Panmunjom fortalecendo a corrente favorável ao melhoramento das relações intercoreanas, mas isso é só o primeiro passo. Problemas fundamentais não podem ser postergados como a melhora e desenvolvimento totais e transcendentes das relações intercoreanas. Para que seja implementada o quanto antes a Declaração de Panmunjom o Norte e o Sul da Coreia devem confiar e ajudar-se entre si esforçando-se conjuntamente.

“Não devemos repetir os precedentes em que mesmo depois da aprovação da histórica Declaração Conjunta de 15 de Junho e da Declaração de 4 de Outubro não se conseguiu o desenvolvimento e o progresso nas suas implementações por causa das manobras das forças hostis.

“Bem conscientes de sua missão e dever nacionais de colocar um ponto final na história de divisão da pátria e enfrentamento entre irmãos e abrir uma nova era de paz e reunificação, todos os membros da nação devem levantar-se como um só homem na luta pela execução da Declaração de Panmunjom e pela Reunificação pacífica e independente da pátria”, afirmou a RPDC em artigo publicado pela ACNC.

ROSANITA CAMPOS

Insistência de Washington em não assinar a paz e treinamento de “decapitação de liderança” - denunciado por rádio sul-coreana - fazem Pyongyang enviar carta ao presidente Trump

Conforme a CNN, carta da Coreia Popular enviada ao secretário de Estado Mike Pompeo, advertiu que as conversações sobre a desnuclearização da península coreana, acertadas durante a cúpula Kim-Trump de junho, estavam “sob risco e podiam desmoronar”, criticando, ainda, a falta de disposição dos EUA “para atender as expectativas da RPDC e dar um passo adiante para a assinatura de um tratado de paz”.

A carta, assinada pelo vice-presidente do Partido do Trabalho da Coreia, Kim Yong Chol, foi usada como pretexto, de acordo com a mídia norte-americana, para adiar a visita de Pompeo a Pyongyang, decisão tomada pelo próprio Donald Trump, por ser supostamente “hostil” e “beligerante”. No entanto, ao fazer isso, Trump buscou manter as portas abertas, dizendo esperar ver “o chefe Kim em breve”, a quem enviou “sinceros cumprimentos” e acrescentando que Pompeo estava “ansioso para ir”.

Posteriormente, comentário publicado no jornal norte-coreano Rodong Sinmun trouxe mais luz sobre o que a carta, que não foi divulgada publicamente, tratava. Citando “uma estação de rádio sul-coreana”, o Rodong denunciou que, enquanto “dialogavam com um sorriso nos lábios”, os EUA “estão organizando operações secretas com a participação de forças especiais treinadas para assassinar”. Segundo a rádio sul-coreana, unidades especiais saíram do Japão, em um voo de 1200 km para as Filipinas, simulando uma “infiltração em Pyongyang”, caso a direção fosse mudada.

O Rodong condenou o “jogo duplo” e classificou esses “passos militares” como “extremamente provocativos e perigosos” e prejudiciais à atmosfera de diálogo lograda durante a cúpula de junho.

O jornal também lembrou de manobras parecidas realizadas em julho, no Japão, em que forças especiais - Boinas Verdes, Força Delta e Seals - praticaram o desembarque secreto na costa. Também se referiu a um submarino nuclear ianque que em julho ou agosto transportou tropas especiais desde o Japão até uma base no sul.

O editorial termina alertando que os EUA estão “tristemente enganados se acham que podem intimidar alguém por meio da banal ‘diplomacia das canhoneiras’ que costumavam empregar como uma arma todo poderosa no passado e atingir sua intenção sinistra”.

A visita anterior de Pompeo já havia causado enorme tensão, com as exigências descabidas que conduziu sendo repelidas por Pyongyang como “conversa de gangster”, por insistir no desarmamento unilateral e prévio da Coreia Popular, quando a cúpula Kim-Trump de Cingapura definira um processo passo a passo até a paz e a desnuclearização de toda a península e não só o norte.

Da parte de Pyongyang, o que se comprometeu, vem cumprindo. Há dez meses não testa mísseis ou armas nucleares. Desmontou um centro de testes nucleares. Como um gesto de boa vontade, entregou aos EUA despojos de soldados norte-americanos tomados na Guerra da Coreia. Avançou nos entendimentos com o sul para a reconciliação, inclusive acertando fechamento de postos militares na fronteira. Famílias separadas pela guerra voltaram a se reunir. Está marcada para setembro nova cúpula Kim-Moon Jae-in, o presidente do sul.

Todas as gestões para assinatura da paz têm tido a iniciativa de Pyongyang, e a resistência aberta de Washington. Editorial do New York Times na semana passada asseverou que “autoridades do governo [dos EUA] e alguns especialistas estão preocupados que uma declaração de paz possa abrir a porta para a retirada de 28.500 soldados americanos da Coreia do Sul, enfraquecendo a relação de defesa dos EUA com a Coreia do Sul e sua capacidade de tomar medidas militares se necessário”.

A principal concessão de Washington até aqui - a suspensão dos exercícios militares massivos Ulchi-Freedom de agosto no sul, que em Cingapura o próprio Trump descreveu como “muito provocativos” - acaba de ser posta no limbo pelo chefe do Pentágono, general ‘Cachorro Doido’ Mattis. Segundo ele, não está nos planos do Pentágono “suspender outros exercícios militares”, mas não foi tomada ainda a decisão de realizá-los no próximo ano.

MATTIS E BOLTON

Ainda segundo o NYT, Mattis e John Bolton, o maníaco de guerra que cumpre a função de conselheiro de Segurança Nacional de Trump, são contra assinar a paz com a Coreia, mas o único troféu da política externa de Trump até agora é exatamente a negociação com a Coreia. Mas, sob cerco da mídia, CIA e de boa parte do establishment, e na mira de um impeachment, um ato de guerra é sempre a tábua de salvação quando as coisas não vão bem no salão Oval.

Entre outras coisas, o sul da Coreia, desde o general MacArthur, é a cabeça de ponte dos EUA contra a China, e há muita resistência em Washington em largar o osso. No dia do cancelamento, Trump disse que provavelmente Pompeo voltaria a Pyongyang em futuro próximo, “depois que o nosso relacionamento comercial com a China esteja resolvido”. Ele acrescentou que, “por causa de nossa postura comercial mais difícil com a China, eu não acredito que eles estejam ajudando com o processo de desnuclearização como antes”. O governo de Pequim reagiu considerando tais declarações como “irresponsáveis”.

ANTONIO PIMENTA

‘Google não vê meu lado bom’, chia Trump

Pelo Twitter, o presidente Donald Trump reclamou que o Google não lhe faz justiça, e que a busca para “Trump News”, sempre mostra “visualização/divulgação da Mídia Fake News”.

A declaração surgiu após o que quase unanimemente foi considerada a “pior semana” desde o início de seu mandato, por causa do assédio do investigador da farsa do Russiagate a proeminentes ex-quebra-galhos de Trump.

Trump assevera que o Google não vê seu lado bom e, pelo contrário, “é fraudado, para mim e outros, de modo que quase

todas as histórias e notícias são ruins”. “Estão suprimindo vozes de conservadores e escondendo informações e notícias que são boas”, acrescentou Trump, ameaçando tomar providências.

O que já foi prontamente refutado pela gigante da internet, que nega qualquer “viés político” e diz que o que aparece é o que o algoritmo acha. Após a medida divulgada pela própria Google em abril, quem se sentiu atingido foram sites tidos como progressistas e antiguerra. Será mesmo que o algoritmo não gosta da Fox News? Será?

O Fundo de Investimentos do FGTS e a anatomia de um “Projeto de Poder”

O FI-FGTS tornou-se rapidamente um dos poços de corrupção em que o PT e o PMDB quiseram saciar seu projeto de roubo para manter-se no poder – e seu projeto de poder para continuar a roubar

O artigo abaixo, do auditor e professor paranaense Mário Nazaré, analisa um tema que, desde o início da Operação Lava Jato, tornou-se recorrente, mas ainda não foi esgotado até suas últimas consequências (inclusive em suas consequências policiais e jurídicas): o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS).

Criado por Lula (Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007), o FI-FGTS é um desvio do dinheiro que os trabalhadores brasileiros recolhem para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Sob o pretexto de incentivar o crescimento, passou-se a, crescentemente, colocar o dinheiro dos trabalhadores em arapucas corruptas (Sete Brasil), em contos do vigário (por exemplo, aqueles do sr. Eike Batista) ou em monopólios da ladroagem (p. ex., a Odebrecht). Certamente existem as exceções – mas estas, exatamente por serem exceções, confirmam a regra.

Em suma, o FI-FGTS tornou-se rapidamente um dos poços de corrupção em que o PT e o PMDB quiseram saciar seu projeto de roubo para manter-se no poder – e seu projeto de poder para continuar a roubar.

Se tomarmos o último relatório, de 2016 (como diz Mário Nazaré, é incrível que não exista ainda um novo relatório), observaremos que, dos **R\$ 31.761.225.000 (31 bilhões, 761 milhões e 225 mil reais)** que constituem o patrimônio líquido do fundo, 62,51% estavam nas seguintes empresas:

(Ver tabela)

O leitor poderá notar que essas empresas, com algumas exceções, são uma mistura entre aquelas que estão se explicando na Operação Lava Jato com açambarcadores de estatais ou de estradas (e, via de regra, as duas coisas estão reunidas nos controladores dessas empresas).

Há também casos como os fundos (FIPs) estabelecidos para beneficiar “parceiros” do PT e do PMDB.

Por exemplo, o FIP Amazônia Energia tinha a função de entregar dinheiro do FGTS para a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, na obra de Santo Antônio, no rio Madeira. O FIP Sondas, a de propinar a Sete Brasil – isto é, os estaleiros das empreiteiras, em novo (e, felizmente, frustrado, assalto à Petrobrás). E o FIP Saneamento, a de locupletar com dinheiro dos trabalhadores a Odebrecht Ambiental.

Essas são as “parcerias público-privadas” que, segundo o governo Lula, seriam a principal função do FI-FGTS: cevar a Odebrecht e coirmãs com dinheiro dos trabalhadores para que elas assaltassem, mais ainda, o patrimônio público.

CEF

O ex-vice-presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Fábio Cleto, descreveu, em seus depoimentos à Procuradoria Geral da República, a modificação que o governo Lula introduziu nas aplicações do FGTS:

“... até 2008, os valores do FGTS dos trabalhadores eram investidos apenas por meio de ‘operações tradicionais’, ou seja, havia linhas para agentes financeiros (bancos, financeiras, etc.) que repassavam os valores para os mutuários; (...) inicialmente os valores somente poderiam ser repassados para a habitação; depois foi ampliado também para transporte e saneamento; depois de 2008, além das ‘operações tradicionais’, o FGTS passou a se valer de ‘operações de mercado’, ou seja, passou a se utilizar de ativos mobiliários [papéis especulativos] para lastrear o repasse dos

recursos do FGTS” (cf. PGR, **Termo de Colaboração nº 2** de Fábio Ferreira Cleto, pp. 1 e 2).

Assim, com a instituição do FI-FGTS, passaram a existir “duas formas de investimentos: ou por meio de investimento direto na empresa (equity) – no qual o FI-FGTS passa a ser sócio da empresa, até um percentual de 49,9% – ou através de dívida da empresa (debt), que basicamente significa a compra de debêntures ou outros instrumentos de dívida emitidos pela empresa”.

A primeira é, evidentemente, um modo de dar dinheiro de graça para os protegidos. O FI-FGTS compra metade da empresa, sem que jamais possa ter controle dela. E não há pagamento ou devolução do dinheiro, porque não é um empréstimo, mas uma aquisição de ações.

A segunda, até que não seria tão ruim se não fosse a escolha das empresas – os mesmos protegidos, recebendo dinheiro e pagando juros muito mais baixos que os do “mercado”.

Em troca, os protegidos pagavam proteção – ou seja, propina.

Assim, na confissão de Fábio Cleto existem trechos como “nas contas da LASTAL o depoente recebeu aproximadamente US\$ 2,1 milhões de dólares”.

PT/CUNHA

Lastal era uma empresa de fachada, com uma conta em Belize, na América Central, por onde Cleto recebia parte da propina. A maior parte (80%, segundo o depoimento de Cleto) ia para Eduardo Cunha.

Aliás, é peculiar como o PT protegeu o esquema de Cunha no FI-FGTS. O motivo, como ficará claro em seguida, é que os petistas estavam fazendo a mesma coisa que Cunha.

Diz Cleto, em seu depoimento:

“... os depósitos da **Carioca** diziam respeito ao pagamento de propina de diversas operações, de diversas empresas; conforme consta em sua planilha, recebeu valores do **Porto Maravilha, Haztec, Aquapolo, OAS, BrVias, Linhas Amarelas do Metrô, Saneantins, LIX, Eldorado e Brado Logística**.”

“... André de Souza era representante da CUT; foi dito ao depoente que André de Souza e o depoente poderiam atuar de maneira ‘alinhada’, ajudando um ao outro nos temas de interesse; ademais, André de Souza havia acompanhado desde o início, em 2008, a criação e o desenvolvimento do FI-FGTS; acredita que foi Eduardo Cunha quem disse ao depoente que o motivo da apresentação era este; acredita que André de Souza fazia um papel parecido ao do depoente; da mesma forma como o depoente levava demandas de Eduardo Cunha, André de Souza levava demandas do PT para o Comitê de Investimentos.”

“... no apartamento de Henrique Alves estavam o deputado Cândido Vaccarezza, o deputado Henrique Eduardo Alves e André de Souza; o depoente não conhecia o deputado Cândido Vaccarezza e acredita que ele estava na reunião representando o Partido dos Trabalhadores (PT); Cândido Vaccarezza, na época, era o líder do governo; André de Souza e Cândido Vaccarezza já se conheciam e pareciam ter uma relação similar à que o depoente possuía com Eduardo Cunha”.

Vamos, então, ao texto de Mário Nazaré.

C.L.

EMPRESA	VALOR
UH Santo Antonio (Odebrecht, Andrade Gutierrez)	2.500.000.000
Sete Brasil (BTG Pactual, Bradesco, Santander)	2.500.000.000
Odebrecht	3.155.000.000
Energisa	1.941.000.000
VLI (Brookfield, Mitsui, Vale)	1.200.000.000
Eldorado Brasil Celulose (JBS)	940.000.000
OAS Óleo e Gás	800.000.000
Porto do Açú (Eike Batista)	750.000.000
Teles Pires (51% Odebrecht e Iberdrola)	650.000.000
Nova Dutra (Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa)	610.000.000
Energimp (Argentina)	509.370.000
Cone S.A. (Blackstone)	500.000.000
Caixa FIP Saneamento (Odebrecht)	500.000.000
ALL e Brado Logística	900.000.000
Light	500.000.000
Alupar Investimentos	749.400.000
Hidrotérmica S.A.	360.000.000
MDCPar S.A.	358.500.000
J. Malucelli Energia S.A.	330.610.000
Viarondon (Grupo Constantino)	300.000.000
Brasilterm Participações S.A.,	400.300.000

MÁRIO NAZARÉ*

O Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS foi criado por autorização da Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, iniciou suas atividades em 10 de julho de 2008 – mesmo ano de implantação do FSB – Fundo Soberano Brasil. O FIFGTS destina-se a receber aplicações de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Tem por objetivo proporcionar aplicação de seus recursos na construção, reforma, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura em rodovias, portos, hidrovias, ferrovias, energia e saneamento (leia-se investimentos no PAC da era LULA), gerando rentabilidade.

Salta aos olhos o tamanho dos aportes oriundos do FGTS – mais de 30 bilhões – e pior, a aplicação em empresas de capital fechado e com menos transparência. Além disso, investimentos em debêntures de grupos com o mesmo perfil de Capital Fechado, BNDES (novamente aqui como FSB) e alguns consórcios formados por empresas ligadas a grande empreiteiras. Embora a mídia e imprensa em geral tenham noticiado vários fatos relacionados ao fundo e a lava jato, mas novamente as pontas não foram unidas, pois as informações encontram-se difusas em relatórios, pareceres de auditoria externa e relatórios de gestão (esses últimos muito superficiais e sem transparência), a exemplo do que também ocorreu no FSB Fundo Soberano do Brasil.

A lava jato prendeu o Cunha em função da má utilização dos recursos junto a empresas que pagavam propina para ter acesso aos fundos. Atualmente delatores apontam o dedo para diretores da Caixa Econômica, políticos, partidos e autoridades. Mas, além do fato da desonestidade na utilização, é chocante o fato de tudo ocorrer com tanta facilidade e com recursos públicos vultosos, e pior: com recursos dos trabalhadores.

Ao mergulhar nos relatórios de auditoria e demonstrações, as seguintes questões são inevitáveis:

– Onde estava o TCU que não viu esse verdadeiro acinte e escândalo?

– Onde estava o Comitê de Auditoria previsto no Estatuto do fundo?

– Onde estavam os tais “representantes dos trabalhadores” que participam do Conselho Curador?

– Porque é tão fácil se apos-

sar de recursos públicos vultosos?

– O que de fato, fundos como esse, com objetivos espúrios, representam?

– Qual cenário a lava jato está desenhando com seu trabalho?

Ao mergulhar nos relatórios e construir a “rastreadibilidade” (siga a trilha do dinheiro), as respostas foram aparecendo. A partir de 2012 os pareceres de auditoria externa traziam no seu corpo ressalva e parágrafos de ênfase sobre a aplicação em empresas com pouca transparência, bem como ausências de pareceres de auditoria nessas empresas. Em linguagem de leigo, ressalva em parecer e parágrafo de ênfase significa algo de muito errado constatado durante os trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras.

O TCU sempre foi um apêndice do legislativo e sua marca registrada é agir após os fatos consumados. Quanto aos representantes dos trabalhadores, quem conhece os sistemas de controle da União, sabe que é assim: frágil, reativo e a mercê de implicações políticas. Resta então responder as duas últimas indagações do que de fato está por trás desse fundo, incluindo a visão da Polícia Federal e do MPF.

QUATRO PILARES

Fica claro o projeto espúrio por trás de tudo isso, e o “modus operandi” segue uma estratégia maior de poder com missão e objetivos estratégicos claros, metas, ações e operações nos moldes de um “Planejamento Estratégico” muito bem estruturado e que envolveu um grupo multidisciplinar que conhece finanças públicas, mercado financeiro, legislação, sistema de controle da União e dívida pública, além de estratégias de poder. Os QUATRO pilares são as Estatais, os fundos de investimento, os fundos de pensão e a dívida pública (essa para tapar os rombos). O objetivo era o de continuar no poder a qualquer preço e para isso, dentre várias metas a de compras de partidos, de agentes públicos em estatais, de políticos e autoridades nos três poderes, e com o apoio de parte do complexo financeiro empresarial.

Seria o crime perfeito? Sim e não. Sim, por serem ausentes os controles mínimos sobre a utilização dos recursos públicos. Não, se tivéssemos auditorias e instituições sérias o bastante para trazerem a público os fatos de forma preventiva.

O planejamento minucioso



desse grupo de poder segue a seguinte lógica: a condição vital é a de primeiro criar um “apelo popular e nacional” que justifique a engenharia financeira, depois definir a fonte dos recursos, o volume dos recursos, os meios de utilização, os favorecidos e as “reciprocidades” inerentes em dinheiro e serviços. Segue a mesma lógica de uma Tesouraria de uma grande organização, na qual as reciprocidades estão no leque gerencial de quem fornece recursos abundantes e espera “retorno” sobre eles. O “apelo popular e nacionalista” foi utilizado no fundo soberano ao apresentar o desenvolvimento a partir do petróleo, no esquema da Petrobrás com o pré-sal, e o financiamento do PAC no FIFGTS como obras do “crescimento e da soberania nacional”.

Quando a lava jato mostrar o capítulo dos fundos de pensão – os investigadores já penetraram em alguns – a “Caixa de Pandora” será aberta e mostrará valores inacreditáveis, bem como exemplos dantescos de má gestão, fraudes, usos políticos, corrupção passiva e ativa e todo o cardápio já conhecido.

Aqui cabe uma ressalva importante: antes da era Lula, esses fundos, embora sempre tenham sido objeto do desejo de governos corruptos, possuía uma regulação que os impedia de aplicar em ativos de risco. O governo Lula mudou isso ao autorizar esses fundos operarem com derivativos (apostas na especulação financeira), trazendo a crise internacional e a vulnerabilidade para esses fundos, muitos deles quebrados atualmente.

Vamos aos fatos:

1. Fluxo de mais de 30 bilhões em aportes do FGTS. Mais de 25 bilhões de reais aplicados em empresas citadas na lava jato pelo ex-vice-presidente da Caixa Econômica, envolvendo investimentos, conforme algumas abaixo:

Eldorado Brasil Celulose, All, Viarondon Concessionária, Odebrecht Transport, Odebrecht Ambiental, Cone Brado Logística, OAS Óleo e Gás, Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia e Madeira Energia. Caixa Fundo de Investimento Participações

Saneamento, dentre outras.

O fundo possuía também parte do patrimônio investido na empresa Odebrecht Ambiental que está sendo investigada na operação Lava-Jato.

2. Além das ações, os investimentos em debêntures, embora não esteja claro nos relatórios, referem-se também a consórcios dos quais as empreiteiras da lava jato fazem parte.

Em 31 de dezembro de 2016, o parecer dos auditores ressaltava o seguinte:

“Conforme demonstração da composição e diversificação da carteira, o FI-FGTS possui em 31 de dezembro de 2016, investimentos em ações com e sem cotação em Bolsa de Valores, debêntures não conversíveis em ações e cotas de Fundos de Investimentos (“ativos investidos”) no montante de **R\$ 23.981.555 mil**, dos quais, **R\$ 4.808.565 mil** estão relacionados a empresas e/ou grupos econômicos, conforme descrito na nota explicativa no 12.c, que estão em processo de investigação e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, relacionadas a práticas de corrupção e lavagem de dinheiro. Não nos foi possível determinar o estágio atual e os possíveis efeitos dos desdobramentos destas investigações sobre as demonstrações financeiras do FI-FGTS.”

3. Prejuízo de 1 bilhão de reais com a SETE BRASIL (PEDRO BARUSCO) em 2016.

4. Rentabilidade negativa em 2015 e rentabilidades do fundo abaixo do CDI em todo o período de 2008 a 2015.

5. Falta de transparência é clara, pois em junho de 2018 consta o exercício de 2016, no site do fundo, como a última Demonstração Financeira com Parecer de Auditoria.

Exposto o projeto de poder e sua ousadia e “expertises”, quatro pontos importantes aparecem: Primeiro, que a dívida pública será usada mais uma vez – pela emissão de títulos públicos- para tapar o rombo, ou aportes da Caixa Econômica Federal, conforme o governo já declarou na mídia. Segundo, perde muito o contribuinte e o trabalhador, mais uma vez em detrimento de quadrilhas institucionais. Terceiro, não há motivos para esse fundo continuar existindo. Quarto, fica claro que se trata de algo único na história recente; a tal ponto de, por exemplo, o antigo “mestre” em esquemas como o PC Farias, se estivesse vivo, estaria se sentindo como um “menor aprendiz”. Definitivamente a jabuticaba inova sempre, e para pior...

* Auditor, especialista em Finanças e Gerenciamento de Riscos e professor de cursos de Pós Graduação.